



INCLUSÃO PARA ALÉM DA ESCOLA: CONHECENDO O PROGRAMA DE TRABALHO EDUCATIVO

LUIZA SARAIVA MILLANI

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA

Luiza Saraiva Millani

**INCLUSÃO PARA ALÉM DA ESCOLA:
Conhecendo o Programa de Trabalho Educativo**

Porto Alegre
2º Semestre
2019

Luiza Saraiva Millani

**INCLUSÃO PARA ALÉM DA ESCOLA:
Conhecendo o Programa de Trabalho Educativo**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia – Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora:
Prof^ª. Dra. Liliane Ferrari Giordani

Porto Alegre
2º Semestre
2019

Dedico este trabalho aos meus amados alunos e ex-alunos Bernardo, Gabriel, Heitor, Isabella, Maria Eduarda, Rafael L. e Rafael P. Com vocês aprendi e aprendo muito mais do que jamais poderei ensinar. Nenhuma pesquisa faria sentido se não fosse pensando e almejando um mundo verdadeiramente inclusivo para vocês.

AGRADECIMENTOS

Gracias a la vida, que me ha dado tanto!

Agradeço...

Primeiramente e especialmente aos meus pais, que sempre me ensinaram a valorizar a educação, colocando-a em primeiro lugar em minha vida e na vida de meus irmãos, e fizeram de tudo para que eu pudesse alcançar todos os meus objetivos.

À minha mãe por, com todo seu amor, mostrar-me a beleza da Educação Inclusiva, por dividir os caminhos da FAGED comigo, pelos cafés que tomamos juntas no Antônio, pelas infinitas conversas e por estar ao meu lado sempre. Minha primeira e principal apoiadora no caminho da docência, nunca esquecerei das tuas palavras lá em 2013: “Sempre estarei ao seu lado para o que der e vier. Sei que vais alcançar teus objetivos de uma maneira ou de outra. Faz o que é melhor para ti e não desista dos teus projetos”. Todo o esforço é por você!

Aos meus irmãos, por serem meus parceiros, por enfrentarem várias dificuldades da vida junto a mim. É muito mais fácil caminhar sabendo que tenho vocês.

Imensamente ao meu amor, Vinícius, que ao longo de toda graduação me apoiou e entendeu os momentos de cansaço, de tristeza, de raiva e as horas reclamando ou contando as peripécias sobre a educação. Obrigada pela ajuda para acordar para ir para as aulas, pelos almoços/jantas quando eu não tinha tempo de sair da frente do computador, pelos passeios para fazer eu descansar e por toda sua paciência, dedicação e amor. Que estejamos sempre juntos apoiando um ao outro.

Aos meus sogros por todo o carinho, preocupação e cuidado comigo.

Amo vocês infinitamente!

Aline, Amanda, Ana, Arize, Eveline, Kelly, Maria e Mariana: mesmo distantes, levo vocês no coração sempre! As manhãs Facedianas de conversas, estudos e todos os nossos compartilhamentos de vida e docentes fazem parte da minha constituição como Pedagoga.

Um super obrigada à minha orientadora de estágio Maria Stephanou. O apoio e o acolhimento foram fundamentais para que eu tenha conseguido fazer meu trabalho da melhor maneira possível em meio ao período de precarização das escolas do Estado. Gratidão eterna por todos os ensinamentos!

Este trabalho não teria acontecido sem o apoio e disponibilidade da equipe da escola E.M.E.E.F Professor Elyseu Paglioli, em especial do Diretor Marco, da Supervisora Carla e dos integrantes do PTE turno manhã. Muito obrigada! Vida longa à escola e ao Programa!

Obrigada, Liliane Ferrari Giordani, que, em meio a tantos projetos, aceitou me acompanhar e orientar no TCC I e II. Que a Educação Especial e Inclusiva e a FACED possam sempre contar com a tua dedicação!

Maria Clara Bueno Fischer e Marco Aurélio Freire Ferraz, obrigada por constituírem minha banca e aceitarem participar de um momento tão importante para mim.

***Não é segurando nas asas que se ajuda um pássaro a voar.
O pássaro voa simplesmente porque o deixam ser pássaro.***

Mia Couto

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia relata uma pesquisa sobre o Programa de Trabalho Educativo (PTE), programa do município de Porto Alegre que auxilia adolescentes e jovens com deficiência e/ou transtorno do espectro autista (TEA) no processo de inclusão no mercado de trabalho. Os objetivos da pesquisa foram: analisar o papel do PTE na inclusão social e construção da autonomia de estudantes de escolas especiais, acompanhar o desenvolvimento do PTE na escola e identificar os benefícios e as dificuldades encontradas na participação no PTE pelos alunos da Escola Municipal Especial Professor Elyseu Paglioli. Foram realizadas buscas acerca da legislação e pesquisas bibliográficas sobre inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, com base em autores como Bianchetti e Correia (2011), Coutinho, Rodrigues e Passerino (2017) e Ferraz (2015), entrevistas com a Coordenadora, roda de conversa com os participantes e observação dos encontros do Grupo Operativo, realizadas no turno da manhã na Escola Municipal Especial de Ensino Fundamental Professor Elyseu Paglioli. A partir da análise dos dados obtidos destaca-se a importância da manutenção e ampliação de programas realizados em parcerias com as escolas, para que os alunos com deficiência e/ou com transtorno do espectro autista sejam incluídos também em outros espaços, tal como o mercado de trabalho.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão. Mercado de Trabalho. Juventude. Adolescência. Pessoa com Deficiência.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Tipos de deficiência no Brasil	23
Figura 2 - Conhecimento dos gestores sobre a LBI	29
Figura 3 - O que não fazer no trabalho, segundo alunos do PTE	37
Figura 4 - O que fazer no trabalho, segundo alunos do PTE	37
Figura 5 - Cartaz afixado na entrada da E.M.E.E.F Elyseu Paglioli	41
Figura 6 - Jornal Zero Hora noticia a construção da escola em 1987	42
Figura 7 - Jornal Zona Sul noticia a construção da escola em 1987	42
Figura 8 - Foto 1 da sala multimeios	46
Figura 9 - Foto 2 da sala multimeios	46
Quadro 1 - Informações dos alunos	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAES	Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CEATE	Comissão Especial de Acompanhamento do Trabalho Educativo
CESMAR	Centro Social Marista
CID	Classificação Internacional de Doenças
CIEM	Centro Integrado de Educação e Missões
CMET	Centro Municipal de Educação dos Trabalhadores
EMEEF	Escola Municipal Especial de Ensino Fundamental
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
FACED	Faculdade de Educação
FASC	Fundação de Assistência Social e Cidadania
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PCD	Pessoa com Deficiência
PCDs	Pessoas com Deficiência
PTE	Programa de Trabalho Educativo
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIR	Sala de Integração e Recursos
SMED	Secretaria Municipal da Educação
SOE	Serviço de Orientação Educacional
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TECLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 RELEVÂNCIA DO TEMA	13
1.2 OBJETIVOS	14
1.3 METODOLOGIA	14
2 TRABALHO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO	17
3 DEFICIÊNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA	20
4 INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO	23
4.1 LEGISLAÇÃO	24
4.2 DESAFIOS	28
4.2.1 Benefício De Prestação Continuada (BPC)	30
5 O PROGRAMA DE TRABALHO EDUCATIVO	34
5.1 IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA	34
5.2 DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NA ATUALIDADE	36
6 O PTE NA E.M.E.E.F PROFESSOR ELYSEU PAGLIOLI	41
6.1 A ESCOLA	41
6.2 O PROGRAMA	45
7 O GRUPO OPERATIVO DE TRABALHO	47
7.1 OBSERVAÇÕES	47
7.2 ADOLESCENTES E JOVENS FALAM SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO PTE	53
8 CONSIDERAÇÕES QUASE FINAIS	62
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	68

1 INTRODUÇÃO

Minha inclinação por essa temática de pesquisa teve início em 2016, ainda no primeiro semestre do curso de Pedagogia. Ao participar da disciplina “Educação Especial e Inclusão”, ministrada pela professora Adriana da Silva Thoma, foi-me solicitado um trabalho sobre acessibilidade. Em conjunto com meu grupo, e por indicação de uma das colegas optamos pela realização do mesmo na Escola Municipal Especial de Ensino Fundamental Professor Elyseu Paglioli. A partir dessa experiência meu olhar voltou-se para a Educação Especial e Inclusão, e esses temas tornaram-se meu foco de estudo e de atuação profissional.

Dois semestres depois, na disciplina “Seminário Gestão da Educação: espaços escolares e não-escolares”, ministrada pela professora Maria Goreti Farias Machado, houve a solicitação de um trabalho sobre as outras possibilidades de atuação dos Pedagogos. Recordei que havia na Escola Elyseu Paglioli o Programa de Trabalho Educativo - PTE, que promovia a inserção no mercado de trabalho, e este era organizado pelas Pedagogas. Novamente realizei trabalho na instituição, mas agora tendo acesso direto ao Programa.

Ao realizar o trabalho sobre o PTE comecei a ter outros interesses e indagações sobre o tema da inclusão, pois, ao pensar em Escola Especial, automaticamente tinha a ideia de ser um espaço excludente para os alunos. No entanto percebi que aquele espaço e que o Programa realizam um trabalho que inclui socialmente os adolescentes e jovens através da preparação para o mercado de trabalho.

Em 2017 comecei a trabalhar como Educadora de Inclusão em uma escola da rede privada de ensino de Porto Alegre, onde ainda atuo. Nesta experiência, na vivência com crianças com deficiências, os questionamentos sobre inclusão tornaram-se rotineiros. Comecei a pensar mais sobre o que realmente era incluir, entendendo que não era apenas propiciar o espaço físico, mas que também o acolhimento, a criação de laços, as adaptações, o ensinar os outros a incluírem eram partes fundamentais de todo esse processo. Percebi, então, que queria

pesquisar sobre a inclusão para além da escola, pensando na importância de empoderar esses alunos para que estejam presentes em outros espaços, pois, apesar de a escola ocupar um papel fundamental e por um longo período de tempo na vida de quase todos, a sociedade e a vida não se resumem apenas a este lugar.

1.1 RELEVÂNCIA DO TEMA

Durante a graduação em Licenciatura em Pedagogia, a discussão sobre inclusão se concentra nas aprendizagens do currículo formal, porém é importante pensar no papel da escola para a inclusão social dos sujeitos com deficiência e/ou transtorno do espectro autista (TEA), com objetivo de alcançar também o mercado de trabalho e os demais espaços da sociedade.

Portanto, o foco de minha pesquisa é o Programa de Trabalho Educativo (PTE) realizado com alunos da Escola Municipal Especial Professor Elyseu Paglioli. Buscando informações e pesquisas acadêmicas relacionadas ao Programa e a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, observa-se que são encontradas poucas publicações¹ realizadas por estudantes e pesquisadores da área da educação, ficando o tema voltado à área de Recursos Humanos e Administração. Dentro da Universidade, espaço onde somos preparados para atuar com a educação especial e inclusão, também não há, dentro do currículo regular, disciplinas expressivas sobre outras possibilidades para a inclusão de pessoas com deficiências e/ou TEA.

Além do exposto acima, é importante que busquemos dar visibilidade para programas públicos inclusivos, estimulando a sociedade, o governo e a comunidade acadêmica a estarem atentos à existência de pessoas com deficiência e/ou TEA, não pensando apenas em estratégias de inclusão escolar, mas de inclusão social. Políticas públicas inclusivas como o PTE mostram que a escola pode propiciar as

¹ Pesquisa realizada em meio digital através do site de pesquisa Google e do Repositório Digital Lume UFRGS. Entre pesquisas na área da educação encontradas sobre o PTE destaco a tese "Assistidos e Tutelados: o benefício de prestação continuada e a produção de sujeitos in/capacitados", de Marco Aurélio Ferraz Freire e o TCE "A inserção de alunos/adolescentes com necessidades educacionais especiais no mercado de trabalho: desafios do Programa Trabalho Educativo da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre", de Ingrid Roselaine Diekow.

devidas condições para que os alunos com deficiência e/ou transtorno do espectro autista desenvolvam sua própria identidade e se preparem para a vida adulta.

Conhecer e pesquisar mais profundamente alternativas, como o Programa Trabalho Educativo, dá-nos embasamento para pensar em outras estratégias de inclusão para estes sujeitos, principalmente quando pensamos em Escolas Especiais, que ultrapassem os muros escolares e busquem construir a autonomia dos alunos com deficiência. Pesquisar sobre o Trabalho Educativo pode contribuir para que o projeto se amplie e para que se criem novas possibilidades para as pessoas com deficiência e/ou transtorno do espectro autista.

Tendo em vista esses aspectos, realizei um acompanhamento dos alunos da Escola Elyseu Paglioli no percurso do Programa de Trabalho Educativo, com foco em suas percepções, avanços e construções. Neste trajeto busquei responder alguns questionamentos: quais os benefícios sociais e financeiros obtidos pelos alunos que participam do PTE? Quais as dificuldades encontradas? Como o Programa afeta as vidas desses alunos dentro e fora da escola?

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é: analisar o papel do Programa Trabalho Educativo na inclusão social e construção da autonomia de estudantes de escolas especiais. E os objetivos específicos são: acompanhar o desenvolvimento do PTE na escola e identificar os benefícios e dificuldades encontrados na participação no PTE pelos alunos da Escola Municipal Especial Professor Elyseu Paglioli.

1.3 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos e responder as perguntas previamente estabelecidas, esta pesquisa de cunho qualitativo-descritivo conta com a análise documental de dispositivos legais e orientadores, textos acadêmicos e do Plano Político Pedagógico, Regimento Escolar e demais documentos que tragam informações sobre o Programa de Trabalho Educativo na referida escola. Segundo Menga Lüdke a análise documental:

[...] pode se construir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. (LÜDKE, 2014, p. 45)

Para a construção do diário de campo, foram realizadas investigações na Escola Elyseu Paglioli, onde acompanhei os jovens em quatro reuniões consecutivas do Grupo Operativo através de observação sistemática não-participante, que ocorre, conforme Marconi e Lakatos (1999, p. 92) quando o observador “presencia o fato, mas não participa dele; não se deixa envolver pelas situações; faz mais o papel de espectador”.

Para Menga Lüdke a técnica de entrevista:

[...] é, aliás uma das principais técnicas de trabalho em quase todos tipos de pesquisa utilizados nas ciências sociais. Ela desempenha importante papel não apenas nas atividades científicas, como em - muitas outras atividades humanas. [...] Pois essa poderosa arma de comunicação, às vezes tão canhestamente empregada, pode ser de enorme utilidade para a pesquisa em educação. (LÜDKE, 2014, p. 38, 39)

Portanto, utilizei-me dessa técnica com o intuito de coletar informações que estão além dos documentos, realizando entrevista semiestruturada por pautas com a Coordenadora Técnica do Grupo Operativo do PTE no turno da manhã.

Após as observações, estive presente em mais um encontro para a realização de uma roda de conversa, com o objetivo de criar um momento em que os adolescentes e jovens pudessem expressar seus sentimentos e expectativas sobre a experiência que estão vivenciando. Os nomes da pesquisadora, Coordenadora Técnica e do Estagiário de Educação Especial serão mantidos, já os dos adolescentes e jovens participantes serão alterados para preservar suas identidades, sendo aqui apresentados como: Beatriz, Bruno, Elias, Fernanda, Ismael, Marcela, Pedro, Roberta, Ruan, Sofia e Thiago.

Considerando o envolvimento de seres humanos na pesquisa, alguns cuidados foram tomados para atender aos fundamentos éticos e científicos pertinentes. As entrevistas e a rodas de conversa foram solicitadas e autorizadas. Todos os participantes receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TECLE) para assinatura e depois entregaram para a autora deste TCC, que os arquivará de maneira sigilosa por pelo menos 5 anos. O modelo de TECLE usado

está anexado ao presente trabalho. Também foram seguidos os seguintes aspectos éticos de acordo com a Resolução 466/12 do Comitê de Ética da UFRGS:

- a) respeito ao participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida;
- b) ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- c) garantia de que danos previsíveis serão evitados; e
- d) relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária.

2 TRABALHO, PESSOA COM DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO

De acordo com Castel (2013), o trabalho ocupa um espaço importante na vida em sociedade, tendo em vista que é

uma referência não só economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente dominante, como provam as reações dos que não o têm. (CASTEL, 2013, p.578 apud FERRAZ, 2015, p 28).

É a partir dele que temos acesso a pessoas de diferentes locais, diferentes realidades, criamos rotina e vínculos sociais e temos possibilidade de acessar bens materiais e culturais. Ferraz (2015) relembra a expressão *o trabalho dignifica o homem*, explicando que a essência da expressão não se dá apenas pela exaltação ao trabalho para a sobrevivência, mas a ele como dignificação, referência e eixo principal na vida do sujeito.

Podemos dizer, portanto, que estar incluído socialmente é, também, estar empregado. Para além do que foi exposto acima, o trabalho é uma necessidade quando pensamos nos fatores econômicos. Ele é, sobretudo, um direito universal, previsto na Constituição de 1988 que, em seu artigo 6º apresenta os direitos sociais garantidos por lei a todos os brasileiros: “educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.” (BRASIL, 1988).

É possível resumir a ideia de trabalho com as considerações de Alves (2009):

Em síntese, e parafraseando Paugam (2000), o emprego assegura a estabilidade financeira e econômica, o estabelecimento de relações sociais, uma organização do tempo e do espaço e uma identidade. A importância que lhe é conferida decorre, assim, da sua função integradora. Ele permite a integração econômica e a participação na esfera do consumo; ele permite a integração social e cívica pelas relações sociais que potencia, pelo estatuto que confere e pelo acesso que assegura aos direitos e às garantias sociais; ele permite, por último, a integração simbólica, ao constituir-se num locus privilegiado de construção das identidades sociais e profissionais. (p. 48)

Para Lukács (1979) e Saviani (2007), o trabalho pode ser definido como o processo ou capacidade do homem em transformar a natureza com o objetivo de atender as necessidades de manutenção da vida e reprodução humana, portanto é condição de existência do homem. Encontrei também os termos emprego

assalariado e trabalho assalariado em Alves (2009), que resumiu as definições de Castel e Schnapper:

Para Castel (1996, 1998, 2003), o emprego assalariado é a matriz de uma condição estável que associa o trabalho a garantias e direitos individuais e que permite perspectivar o futuro e controlar a insegurança social. Transformado no factor essencial de atribuição estatutária nas sociedades capitalista, o emprego constitui-se, também, segundo este autor, num elemento, de coesão social e numa condição que assegura a integração social e cívica dos indivíduos. Schnapper (1994, 1998), por seu turno, defende que o trabalho assalariado é a fonte de dignidade e do estatuto social. É através do emprego que os indivíduos participam na colectividade, utilizam o espaço público, estabelecem e mantêm a maior parte das relações sociais, mas é também através dele que o bem-estar é garantido, que o acesso aos benefícios sociais é assegurado e que o futuro se torna previsível. (p.47)

Já para o termo mercado de trabalho encontrei a definição de Horn (2006, p. 179) com a contribuição de Diekow, que segundo os quais significa:

[...] um arranjo institucional em que vendedores e compradores de trabalho realizam suas transações. Inserido no sistema mais amplo da produção capitalista esse arranjo cumpre duas funções primárias: de um lado, aloca a força de trabalho da sociedade entre diferentes usos produtivos; de outro, assegura renda aos que participam de suas transações. (DIEKOW, 2012, P. 23)

Falar de pessoas com deficiência em relação ao trabalho nos fornece outras dimensões de análise pois, apesar de ser, para alguns, apenas mais um espaço institucionalizado, no caso de pessoas com deficiência ele se apresenta como uma oportunidade de socialização que está além da escola, e para alunos de escolas especiais se torna o local de convivência com pessoas sem deficiência. Ferraz (2015) mostra em sua pesquisa que, para jovens com deficiência intelectual, o trabalho é “uma forma de inscrição em processos de significação que podem apontar para outros rumos em suas vidas, como a entrada em um mundo de possibilidades - o mundo do trabalho” (p.28).

Para Alves (2009, p.45) as expressões *exclusão social e empregabilidade* “são mobilizadas para construir uma nova narrativa sobre a sociedade e o indivíduo, o novo mandato de que a Educação tem vindo a ser investida - combater a exclusão e fomentar a empregabilidade.”. A mesma autora reforça que é esperado dos trabalhadores “realizar as tarefas que lhes são exigidas. Eles têm agora de se investir objetiva e subjetivamente no trabalho e adquirir capacidades de empregabilidade vendáveis no mercado de trabalho.” (ALVES, 2009, pág. 52),

portanto ao trabalhador não basta o nível de escolaridade e experiência profissional, ele precisa ter novos atributos para se “vender” ao mercado, como beleza, modo de falar, flexibilidade e capital cultural.

Na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) de 2015, “pessoa com deficiência” é definida como:

Art. 2º [...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Na mesma lei pode-se observar que a realização da avaliação para definir quem tem ou não impedimento e, portanto, se enquadra como PCD, não é apenas de ordem médica, mas multidisciplinar, considerando outros aspectos da vida do indivíduo, assim como exposto no parágrafo 1º do artigo acima citado

A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

- I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
- II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
- III - a limitação no desempenho de atividades; e
- IV - a restrição de participação.

Já para o termo inclusão encontrei a seguinte definição por Sofia Freire (2008):

A inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros. (p. 5)

Neste trabalho utilizarei, portanto, esse conceito, que diz que a inclusão não é apenas a inserção do indivíduo, mas o ato de serem respeitados em todos os espaços. Nesse sentido a inclusão é a garantia de que pessoas com deficiência terão acesso aos seus direitos, à sua individualidade e às adequações necessárias para que possam exercer sua participação como cidadãos.

3 DEFICIÊNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA

De modo a entendermos como se construiu a in/exclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, é importante voltarmos nosso olhar para o passado para compreender como foram construídas as concepções sobre a deficiência na sociedade ao longo da história, visto que “as pessoas que não se enquadravam nos padrões considerados normais de cada época e lugar eram incluídas/excluídas”. Bianchetti e Correia (2011, p. 33) dizem que “sempre houve, está havendo e haverá a explicitação e a busca por um trabalhador perfeito, ideal/idealizado, padrão” e que para compreendermos esse processo, precisamos ter presentes

aqueles que consideramos os legados e as heranças do mundo ocidental judaico-cristão, materializados nos ideais de beleza, bondade, perfeição, ética e justiça emanados dos construtos greco-romanos, da mitologia, da religião e das relações entre países e blocos, em especial a partir do colonialismo e, mais recentemente, da nova divisão internacional do trabalho. (IBIDEM)

Por um longo tempo as PCD foram vistas como incapazes de conviver em sociedade, pois não teriam como consumir, trabalhar e estudar. No decorrer da história podemos observar várias formas de segregação e isolamento, muitas vezes considerando a concepção de produtividade de cada cultura e os preconceitos acerca das capacidades das pessoas com deficiência. Tanaka diz dos preconceitos (2007, p. 21, apud COUTINHO; RODRIGUES; PASSERINO, 2017, p. 267): “[...] foram historicamente construídos, por meio das relações que a sociedade estabeleceu e continua estabelecendo com aquele que ela considera imperfeito, diferente, estranho, desconhecido e incapaz”.

Pensando sobre a pré-história, quando o nomadismo era uma necessidade para a sobrevivência do homem, estar saudável e ativo era uma característica imprescindível. A capacidade de independência, de mobilidade, de pensamento rápido e agilidade para a caçada eram atributos que garantiam a vida individual e coletiva. Dessa forma, uma pessoa que não tivesse esses atributos, segundo Bianchetti e Correia (2011, p. 86)

[...] acabava se tornando um empecilho, um peso morto, o que o levava a ser relegado, abandonado, sem que isso causasse os chamados sentimentos de culpa, característicos da atual fase histórica. Isto é, não há uma teorização, uma busca de causas, há simplesmente uma espécie de

seleção natural: os mais fortes sobrevivem.

Diekow (2015) e Silva (2015) relembam que na Grécia Antiga, por exemplo, as pessoas com deficiência eram mortas ou abandonadas, pois esses indivíduos ao crescerem não seriam úteis para a sociedade. Bianchetti e Correia nos mostram o padrão adotado em Esparta e Atenas

os constituintes dessa Cidade-Estado [Esparta] se dedicavam predominantemente à guerra, valorizando a ginástica, a dança, a estética e a perfeição do corpo, por isso, a beleza e a força acabaram se transformando num grande objetivo, em um ideal a ser alcançado. Se, ao nascer, a criança apresentasse qualquer manifestação que pudesse atentar contra esse ideal, era eliminada [...] Esse paradigma, predominantemente, foi adotado por Roma em séculos posteriores. Outro paradigma é o ateniense. A preferência pela agitada vida da polis, a filosofia, a retórica, a boa argumentação e a contemplação vão moldar uma concepção de corpo e de sociedade. (BIANCHETTI; CORREIA, 2011, p. 87)

Ao chegarmos na Idade Média, sob influência judaico-cristã, a diferença/deficiência passa a ser sinônimo de pecado e “o indivíduo que não se enquadra no padrão considerado normal ganha o direito à vida, porém, passa a ser estigmatizado” (BIANCHETTI; CORREIA, 2011, p. 88). Esse pensamento é embasado nos ensinamentos da Bíblia, onde “dos 22 milagres com curas e exorcismos creditados a Jesus Cristo, oito se referem à cura de cegos, surdos, mudos e gogos; os outros se referem a paralisias, possessões etc”. (BOTELHO, 1991, apud ibdem, p. 90).

As pessoas com deficiência também eram explicadas pela Igreja Católica como “instrumentos de Deus para alertar os homens e as mulheres sobre comportamentos adequados ou para lhes proporcionar a oportunidade de fazer caridade”. Discursos como este repercutem até os dias de hoje e geram frases comuns no imaginário popular, como por exemplo “Deus enviou [a pessoa com deficiência] para a família certa” ou “Deus sabe o que faz”. Botelho (1991, apud ibdem) diz que “ao surgirem no final da Idade Média as Irmandades de Caridade, mais conhecidas por Santas Casas de Misericórdia, traziam subjacente essa concepção de ajuda aos necessitados, derivada do ideário cristão”.

Já no século XVII, de acordo com Bianchetti e Correia (2011, p. 94), “o corpo passou a ser definido e visto como uma máquina em funcionamento”, portanto a deficiência começa a ser encarada como uma disfuncionalidade e não mais como

pecado. A partir do século XVI a Medicina ocupa lugar da igreja na função de pensar a deficiência, e ela passa a ser nada mais do que a disfunção de alguma peça dessa máquina.

Na transição entre séculos XVII e XVIII “nomes como os de Esquirol (1772-1840). (1745-1826), Fodéré (1764-1835), Morel (1809-1837) e outros colaboraram para a afirmação da “visão fatalista da diferença” (BIANCHETTI; CORREIA, 2011, p. 103), trazendo a concepção de que os indivíduos com deficiência não teriam “solução”, poderiam ser um perigo para si e para a sociedade e, portanto, deveriam ser segregados. Os mesmos autores afirmam que “essas ideias ultrapassaram os diferentes séculos, chegando ao atual com sua pesada e onerosa herança” (ibidem).

Para Coutinho; Rodrigues; Passerino (2017, p. 267) esse cenário está se alterando, pois há alguns anos “a integração da pessoa era um comportamento esperado: o aluno ou o trabalhador com deficiência deveria adaptar-se ao meio do qual fazia parte.” Mas, “atualmente, as práticas sociais inclusivas vêm se tornando cada vez mais presentes [...]”. Com os avanços da tecnologia “estariam dadas as condições para a superação das diferenças tanto sociais quanto físicas de todos. Essas conquistas, porém, continuam permeadas pela lógica do capital” (BIANCHETTI; CORREIA, 2011, p. 97), ou seja, “parece claro que o ‘deus’ dos dias atuais se chama ‘mercado’, e que o pecado na religião do capital é não ser produtivo” (IBIDEM).

Mesmo assim Ferraz (2015, p. 21), amparado por Duschatzky (2008), nos mostra que as “relações de subordinação e tutela, presentes nas configurações dos discursos religiosos e do Estado para socialização das camadas mais carentes de uma população” estão “calcados em subjetividades normalizadas”, portanto “aqueles que não se enquadram nos padrões de normalidade continuam sofrendo discriminações - e consequentes exclusões - de diversos graus”. (BIANCHETTI; CORREIA, 2011, p. 32). Souza (1996, p.15) diz que vivemos num tempo paradoxal:

um tempo de mutações vertiginosas produzidas pela globalização, a sociedade de consumo e a sociedade de informação. Mas também um tempo de estagnação, parado na impossibilidade de pensar a transformação social, radical. Nunca foi tão grande a discrepância entre a possibilidade técnica de uma sociedade melhor, mais justa e mais solidária e a sua impossibilidade política. (apud BIANCHETTI; CORREIA, 2011, p. 46).

4 INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Para pesquisar sobre o PTE é necessário, além de abordar o significado do trabalho, buscar entender como se dá o processo de inclusão de pessoas com deficiência nos ambientes de trabalho. Assim como para Penko (apud FERRAZ, 2015, p. 28), acredito que falar do mundo do trabalho exige o desafio de combinar uma dupla perspectiva, isto é, conceber a centralidade do trabalho na formação do sujeito e a noção do valor do trabalho como fenômeno psicossocial e cultural, decorrente de um processo histórico de relações de poder.

Ao entrarmos em contato com Educação Especial e Inclusão, nos deparamos com diversos sujeitos com deficiência, mas nos locais de trabalho quase não vemos essas pessoas e, quando as encontramos, normalmente estão em cargos com remunerações mínimas e/ou em áreas de pouca visibilidade nas empresas. Ferraz reafirma essa problemática quando mostra que:

Essa questão encontra-se muito presente nas pesquisas desenvolvidas sobre o mercado de trabalho para pessoas com deficiência intelectual, o qual ainda aparece como um estilo de trabalho também diferenciado, muitas vezes adaptado, tutelado, provisório e não produtivo. (FERRAZ, 2015, página 21)

De acordo com dados de 2018 do IBGE, 6,7%² da população brasileira possui algum tipo de deficiência. Podemos observar no gráfico abaixo os percentuais para cada tipo de deficiência:

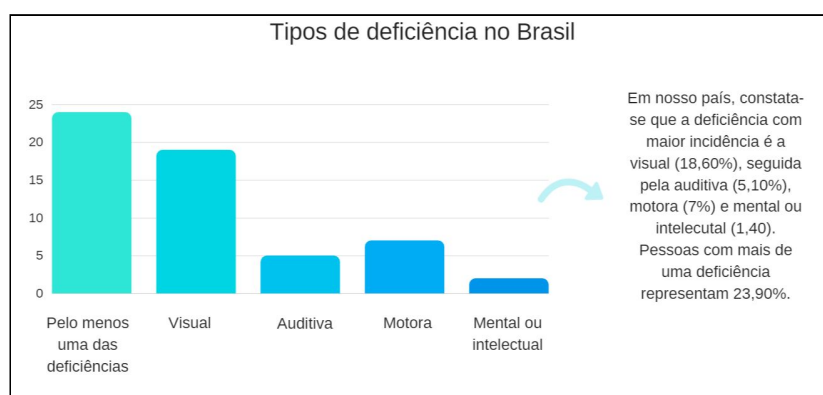


Figura 1 - Tipos de deficiência no Brasil³

² Percentual obtido a partir da releitura do CENSO 2010, onde 23,9% da população relatava algum tipo de dificuldade em enxergar, ouvir, caminhar, subir degraus ou possuir deficiência mental e intelectual. No novo modelo, adotado em 2018, o IBGE passou a considerar com deficiência apenas a pessoa que tem “grande dificuldade” e/ou “não consegue de modo algum” enxergar, ouvir, caminhar, subir degraus e/ou possui deficiência mental e intelectual. Os dados estão disponíveis em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cpd/documentos/cynthia-ministerio-da-saude>.

³ Fonte: <https://wiki.redejuntos.org.br/busca/censo-ibge-quem-sao-pessoas-com-deficiencia-do-brasil>

Desses 6,7%, 24,94% encontra-se em idade ativa⁴, mas apenas 2% está empregado no mercado formal. Este é um número muito abaixo do demonstrado em países desenvolvidos, que têm um percentual de empregabilidade de PCDs que gira entre 30% e 45% (MENDONÇA, 2010 in COUTINHO, RODRIGUES, PASSERINO, 2017).

4.1 LEGISLAÇÃO

Um importante meio para alterar o cenário de exclusão e garantir às pessoas com deficiência a proteção e o acesso aos direitos sociais foi a promulgação de leis e decretos voltados para esse grupo. Pensando que esses indivíduos têm limitações causadas pelo tratamento que recebem na sociedade, é justo que, enquanto sofrerem discriminação, possam encontrar no ordenamento jurídico uma medida compensatória.

Vamos observar o que diz a legislação brasileira sobre o tratamento da pessoa com deficiência, com foco em sua inclusão no mercado de trabalho. Serão aqui expostas, resumidamente, as principais leis, normas e decretos acerca desse tema, incluindo normas internacionais das quais o Brasil faz parte.

A década de 80 foi marcada por muitos avanços para as PCDs. O ano de 1981 foi declarado como Ano Internacional da Pessoa com Deficiência: “o objetivo era chamar atenção para a necessidade de criação de planos de ação para enfatizar a igualdade de oportunidades, direito à prevenção e reabilitação[...]” (BORDIGNON, 2012, p. 2). A Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece, então, que os governos têm responsabilidade na garantia por direitos iguais.

No mês de junho de 1983 ocorreu, em Genebra, a Convenção 159 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que em 1991 foi promulgada por meio do Decreto Legislativo nº 129. A convenção teve como objetivo abordar a reabilitação profissional e o emprego de pessoas deficientes (termo utilizado na época), buscando tratar com igualdade todos os trabalhadores.

⁴ No wikipedia o termo população em Idade Ativa (PIA) se define como “uma classificação etária que compreende o conjunto de todas as pessoas teoricamente aptas a exercer uma atividade econômica”. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Popula%C3%A7%C3%A3o_em_idade_ativa.

ARTIGO 3: Essa política deverá ter por finalidade assegurar que existam medidas adequadas de reabilitação profissional ao alcance de todas as categorias de pessoas deficientes e promover oportunidades de emprego para as pessoas deficientes no mercado regular de trabalho.

ARTIGO 4: Essa política deverá ter como base o princípio de igualdade de oportunidades entre os trabalhadores deficientes e dos trabalhadores em geral [...]

ARTIGO 7: As autoridades competentes deverão adotar medidas para proporcionar e avaliar os serviços de orientação e formação profissional, colocação, emprego e outros semelhantes, a fim de que as pessoas deficientes possam obter e conservar um emprego e progredir no mesmo; sempre que for possível e adequado, serão utilizados os serviços, existentes para os trabalhadores em geral, com as adaptações necessárias.

A nossa Constituição da República Federativa do Brasil, conhecida como “Constituição Cidadã”, foi aprovada em Assembléia Nacional Constituinte no ano de 1988. Nacionalmente, não há nenhuma lei que esteja acima da Constituição, portanto ela é de suma importância para os rumos do país.

Em seu preâmbulo, há o anúncio de que ela se destina a assegurar “a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos”. E, como podemos observar, foram elaboradas algumas normas voltadas à proteção social da pessoa com deficiência:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...]

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...]

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: [...]

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

A Constituição também traz artigos que não tratam especificamente da deficiência, mas que visam a garantia de direitos a todos os cidadãos. Como exemplo, temos os Artigos 3º e 5º:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária [...]

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]

Quanto à garantia ao trabalho, em seu artigo 6º a Constituição diz que o mesmo é considerado um direito social, no Artigo 7º aborda a proibição da discriminação às pessoas com deficiência e no Artigo 37 (alterado por emenda constitucional em 1998) trata da reserva de cargos públicos

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: [...]

XXXI – proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios [...]

VIII – a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

Um ano após a promulgação da Constituição, em 1989, é sancionada a lei nº 7.853. A partir dela são abordadas a importância da formação profissional, a inserção no mercado de trabalho - em locais públicos e privados - e a qualificação de recursos humanos para o trabalho com pessoas com deficiência:

III - na área da formação profissional e do trabalho:

a) o apoio governamental à formação profissional, e a garantia de acesso aos serviços concernentes, inclusive aos cursos regulares voltados à formação profissional;

b) o empenho do Poder Público quanto ao surgimento e à manutenção de empregos, inclusive de tempo parcial, destinados às pessoas portadoras de deficiência que não tenham acesso aos empregos comuns;

c) a promoção de ações eficazes que propiciem a inserção, nos setores públicos e privado, de pessoas portadoras de deficiência;

d) a adoção de legislação específica que discipline a reserva de mercado de trabalho, em favor das pessoas portadoras de deficiência, nas entidades da Administração Pública e do setor privado, e que regule a organização de oficinas e congêneres integradas ao mercado de trabalho, e a situação, nelas, das pessoas portadoras de deficiência;

IV - na área de recursos humanos:

a) a formação de professores de nível médio para a Educação Especial, de técnicos de nível médio especializados na habilitação e reabilitação, e de instrutores para formação profissional;

b) a formação e qualificação de recursos humanos que, nas diversas áreas de conhecimento, inclusive de nível superior, atendam à demanda e às necessidades reais das pessoas portadoras de deficiências;

Em 1991 foi sancionada a lei nº 8.213, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”. Essa lei ficou conhecida como “Lei de Cotas”, por conter na subseção II os artigos referentes à habilitação e

reabilitação profissional, que entre outras decisões, dispõe que as empresas (inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, conforme decreto nº 9.508/2018) com 100 ou mais empregados são obrigadas a preencher uma porcentagem de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, obedecendo a seguinte proporção: 2% até 200 empregados, 3% de 201 a 500, 4% de 501 a 1000 e 5% para mais de 1001 empregados.

Sobre regras específicas para concursos, processos seletivos e atuação de servidores públicos, são encontradas a lei nº 8112 de 1990 e o Decreto nº 9.508 de 2018. Através deles fica garantido a reserva de até 20% de vagas oferecidas em concursos e de 5% em processos seletivos para contratação por tempo determinado, concessão, quando necessário de horário especial de trabalho, orientações sobre a exposição nos editais do número de vagas reservadas e possibilidades de uso das tecnologias assistivas que o candidato já utilize e a garantia de adequação de critérios para a realização e a avaliação das provas, por meio de oferecimento de tempo adicional, adaptações e uso de tecnologias assistivas.

A lei mais atual e abrangente que temos no Brasil em relação aos direitos das pessoas com deficiência é a Lei Brasileira de Inclusão (nº 13.146). Decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pela ex-presidenta Dilma Rousseff em 2015, a lei institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência. A LBI amplia os direitos das pessoas com deficiência nas áreas de saúde, educação, trabalho, habilitação e reabilitação, transporte, turismo, lazer e acessibilidade.

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

Art. 34. A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas [...]

Art. 35. É finalidade primordial das políticas públicas de trabalho e emprego promover e garantir condições de acesso e de permanência da pessoa com deficiência no campo de trabalho.

Art. 36. O poder público deve implementar serviços e programas completos de habilitação profissional e de reabilitação profissional para que a pessoa com deficiência possa ingressar, continuar ou retornar ao campo do trabalho, respeitados sua livre escolha, sua vocação e seu interesse [...]

Art. 37. Constitui modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, na qual devem ser atendidas as regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável no ambiente de trabalho.

Art. 77. O poder público deve fomentar o desenvolvimento científico, a pesquisa e a inovação e a capacitação tecnológicas, voltados à melhoria da qualidade de vida e ao trabalho da pessoa com deficiência e sua inclusão social.

A LBI altera leis já existentes, como as já citadas acima lei nº 7.853 de 1989 e nº 8.213 de 1991. As alterações definem que negar ou dificultar acesso a concurso público ou emprego passar a constituir crime punível com reclusão de 2 a 5 anos e multa. Também altera o Artigo 101 da lei de 1991, definindo que a dispensa de uma pessoa com deficiência só pode ocorrer após a contratação de outro trabalhador com deficiência, define que não contam para a reserva de vagas os cargos de jovem aprendiz e responsabiliza o Ministério do Trabalho e Emprego⁵ da fiscalização.

4.2 DESAFIOS

Alguns fatores dificultam o processo de inclusão das PCD no mercado de trabalho. Dentre eles a falta de acessibilidade e de processos seletivos adequados às necessidades específicas, os baixos salários oferecidos pelas empresas e a falta de capacitação, experiência e em, muitos casos, o medo de perder o BPC - que abordarei mais detalhadamente a seguir - por parte das pessoas com deficiência.

Apesar de existirem mecanismos legais para auxiliar o processo de inclusão das PCD no mercado de trabalho, há ainda gestores que nem sequer conhecem as leis. No estudo “Expectativas e Percepções sobre o Mercado de Trabalho para Pessoas com Deficiência 2017”, do i.Social, CATHO, ABRH e ABRH-SP, apenas 3% e 9%, respectivamente, disseram conhecer profundamente ou bem a Lei de Cotas e a Lei Brasileira de Inclusão e 50% relatou não conhecer ou apenas já ter ouvido falar. As porcentagens de respostas obtidas está disponível no gráfico abaixo:

⁵ O Ministério do Trabalho e Emprego foi extinto em janeiro de 2019, sendo uma das primeiras medidas do atual presidente Jair Bolsonaro. Suas atribuições foram divididas entre o Ministério da Economia, o Ministério da Cidadania e o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

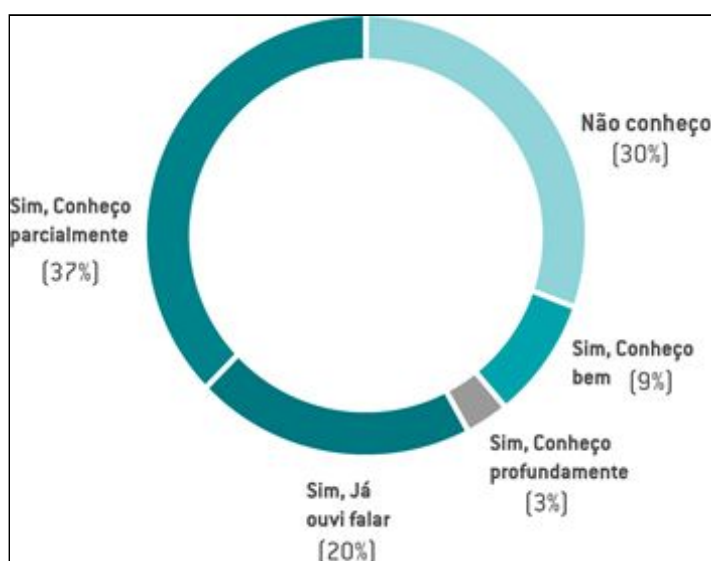


Figura 2 - Conhecimento dos gestores sobre a LBI⁶

Sobre a Lei de Cotas Bordignon (2012, p.7) traz um aspecto que deve ser observado. Segundo a autora, como a classe empresarial, na maioria das vezes, contrata apenas para cumprir a lei, acaba por não planejar os critérios de admissão e o oferecimento de recursos estruturais e humanos que possibilitem o trabalho das PCD. Em entrevista para o site do Governo do Estado do RS, Ana Maria Machado da Costa, auditora fiscal da Delegacia Regional do Trabalho afirma que “as empresas querem um perfil de trabalhador muito excludente, que aceita apenas pessoas com deficiência leve [...]”. Ainda acrescenta que falta acessibilidade nas empresas, tanto arquitetônica quanto de comunicação: “a contratação de pessoas com deficiência exige a realização de adaptações, acessibilidade e conhecimento de libras, por exemplo”.

Silva (2015, p. 7) diz que “a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho é impulsionada, muitas vezes, devido à fiscalização rigorosa realizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), mediante punições às empresas”. Entendo, portanto, que é preciso conscientizar toda a população para que esse processo não ocorra apenas pela obrigatoriedade de uma lei e o medo de multas e punições, pois a necessidade de existência de leis com essa finalidade já demonstra que há exclusão e que ela não está sendo “combatida” plenamente.

⁶ Fonte: <https://asidbrasil.org.br/conheca-o-cenario-da-inclusao-de-pcd-no-brasil/>

Outro ponto de destaque nas leituras sobre a inclusão no mercado de trabalho diz respeito à falta de pessoas com deficiência com escolaridade adequada e formação profissional. Há trabalhadores, mas as empresas fazem exigências que acabam comprometendo o preenchimento das vagas, fazendo com que o acesso desse grupo ao trabalho ocorra de forma vagarosa. Ana Maria Machado da Costa relata que as “vagas em geral não se completam nas empresas porque não existem pessoas com deficiência qualificadas para os cargos” (DIEKOW, 2012, P. 11). Com esse cenário, fica a cargo das organizações a capacitação de novos funcionários, mas como já vimos, poucas delas estão dispostas a realizar esse movimento.

Silva (2015, p.7) ressalta que “o país não garante à essas pessoas oportunidades de formação profissional satisfatória [...] ficando evidente a ausência de políticas públicas de qualidade voltada para esta questão”. Dessa forma fica explícito o papel extremamente relevante das instituições escolares, pois a partir da inclusão escolar e de projetos para a formação desses alunos, pensando para além da escola, esse cenário tende a mudar.

4.2.1 Benefício De Prestação Continuada (BPC)

Como referido anteriormente o Benefício de Prestação Continuada (BPC) pode tornar-se um empecilho para entrada e permanência no mercado de trabalho. Primeiramente explicarei o que é o Benefício, seus desdobramentos e depois o porquê pode ser considerado um ponto de tensão.

O BPC integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e é, conforme o Art. 20 da lei 8.742 de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, “[...] a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.”. O beneficiário não precisa ter contribuído para a Previdência Social para solicitar o benefício e necessita comprovar renda familiar per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo por mês.

Ferraz (2015, p. 38) cita que o BPC “trata-se de um benefício sob responsabilidade da esfera federal, e seu valor monetário não é passível de cortes, reduções ou eliminação por parte de diferentes governos, pois está previsto na Constituição da República.”. Mas convém destacar que na proposta inicial de Reforma da Previdência propuseram que o benefício passasse a ser de R\$ 400 reais para idosos de 60 a 69 anos e que o benefício integral fosse pago apenas a maiores de 70 anos. A reforma foi promulgada em novembro de 2019, felizmente sem alterações relacionadas ao BPC.

A partir do BPC foram criados dois outros programas: BPC escola, que em Porto Alegre é coordenado pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), e BPC trabalho.

O BPC na Escola, instituído pela Portaria Normativa Interministerial nº 18, de 24 de abril de 2007, é um programa do Governo Federal em parceria com Estados e Municípios, com planejamento de ações para garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência de 0 a 18 anos, que recebem o BPC. De acordo com Ferraz (2015, p. 62), O BPC na escola foi estruturado visando:

identificar, anualmente, entre os beneficiários do BPC até 18 anos aqueles que estão na escola e os que estão fora dela; identificar as principais barreiras para o acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC; realizar estudos e desenvolver estratégias conjuntas para superação dessas barreiras; realizar o acompanhamento sistemático de ações e programas dos entes federados que aderirem ao programa.

Para identificar quais as barreiras que essas crianças e jovens estão enfrentando,

são aplicados questionários aos beneficiários durante visitas domiciliares. Posteriormente, é realizado o acompanhamento dos beneficiários e de suas famílias pelos técnicos dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), e das ações intersetoriais desenvolvidas pelos grupos gestores do Programa [...] É uma forma da equipe do CRAS ter encaminhar os beneficiários e suas famílias aos serviços socioassistenciais ou a outras políticas públicas, quando for necessário.⁷

Já o projeto do BPC Trabalho tem como público-alvo os beneficiários do BPC com deficiência que tenham, prioritariamente, entre 16 e 45 anos e que manifestem

⁷ Acesso em: <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/bpc-na-escola>

o desejo de serem incluídos no mercado de trabalho. As alterações na lei citadas acima foram promovidas para facilitar o acesso a esse projeto. No site da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social⁸ é divulgado o seguinte objetivo para o BPC Trabalho:

[...] promover o protagonismo e a participação social dos beneficiários com deficiência do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), por meio da superação de barreiras, fortalecimento da autonomia, acesso à rede socioassistencial, à qualificação profissional e ao mundo do trabalho.

E por que o BPC é um ponto de tensão para a entrada e permanência no PTE e no mercado de trabalho? Explico: cerca de 77% das ofertas de trabalho ofertadas às pessoas com deficiência são de nível operacional, dispostas na base da pirâmide das organizações, e apenas 2% são gerenciais, os outros 21% são cargos técnicos. Se considerarmos que esse tipo de cargo, operacional, normalmente tem um salário próximo ao valor do salário mínimo, vemos que para o beneficiário do BPC e sua família, receber o benefício, sem o risco de perdê-lo como no caso de uma demissão, por exemplo, acaba por tornar-se uma opção mais válida e menos arriscada.

[...] Algumas vezes se apresenta uma oportunidade de trabalho, o profissional é localizado no mercado, mas não demonstra interesse no trabalho, uma vez que a bolsa provida pelo Estado [BPC] é similar ou maior ao que é oferecido pela posição. (TORRES; PÉREZ-NEBRA, 2014, p. 536 apud COUTINHO; RODRIGUES; PASSERINO, 2017, p. 267)

A partir de 2011, através da lei 12.470, as pessoas que recebem o BPC passaram a poder ingressar em Programas de Aprendizagem sem o cessamento do Benefício, ou seja, pelo prazo de dois anos é possível acumular a bolsa de aprendiz e o BPC. Caso a pessoa ingresse no mercado de trabalho, formal ou informalmente, deve pedir o cancelamento temporário do Benefício, mas quando o beneficiário comunicar que não está mais trabalhando a reativação deve ser automática, sem a necessidade de nova perícia médica. Entendo, assim como Coutinho, Rodrigues e Passerino (2017, p. 267) “que este aspecto trazido na legislação proporcionou um incremento importante na viabilidade da presença de pessoas com deficiência no mercado de trabalho”.

⁸ Acesso através do link: <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/bpc-trabalho>.

Apesar das mudanças na legislação, o que acaba por acontecer, se tratando do PTE, foco desta pesquisa, é que as famílias permitem que os jovens participem como Aprendizes, pois no período não correm o risco de perderem o Benefício, mas quando há a possibilidade de efetivação nas empresas, recuam e incentivam que os jovens não deem esse passo adiante.

Esse comportamento é explicado por Carla Requia Chassot, Coordenadora Técnica do grupo PTE na Elyseu Paglioli, que durante a entrevista realizada por mim, fala que, muitas vezes, na prática a lei não funciona como deveria. Ao ser questionada sobre as dificuldades no Programa disse que, dentre outras dificuldades estava

a hora de ser contratado, o Benefício... Que eu também não julgo as famílias, porque eles podem perder o Benefício e se perdem o emprego eles não retomam esse benefício. Ou, se retomam, é com muita dificuldade, depois de muito tempo. Então isso é um entrave para a contratação desses alunos [...] Uma vez que foi assinada a carteira de trabalho, eles alegam que foi comprovado que tu tem condições de trabalhar, então fica muito difícil. (CHASSOT, 2019)

Com essas informações não pretendo culpabilizar os beneficiários ou desacreditar a imensa importância social do BPC, mas sim refletir sobre as dificuldades que os PCD encontram no mercado de trabalho e que acabam por levá-los, junto com suas famílias, a optar pelo não enfrentamento do que pode se tornar um processo desgastante. Além disso, cabe aqui refletir sobre a diferença do que o que está na lei e o que realmente é aplicado, pensando em como o governo e a sociedade podem intervir para que essas dificuldades sejam atenuadas.

5 O PROGRAMA DE TRABALHO EDUCATIVO

O Programa de Trabalho Educativo é um programa do Município de Porto Alegre que foi implementado em 1994 e formalizado pelo decreto municipal 11.484/96 em 1996. O Programa orienta, qualifica e inicia a inserção no mercado de trabalho adolescentes e jovens com deficiência, garantindo aprendizagens para além do espaço escolar e, de acordo com Marco Aurélio Freire Ferraz, doutor em educação e Diretor da Escola Elyseu Paglioli:

Favorece ações que fazem com que os jovens olhem para si como trabalhadores/estagiários, com potencial produtivo e exige deles um mínimo de autonomia, seja no deslocamento, na aprendizagem de atitudes pertinentes ao cargo que irão ocupar ou nas atividades que irão desenvolver. (FERRAZ, 2015, P. 48)

5.1 IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

Apesar de ter seu início em 1994, quando, de acordo com Diekow (2012, p. 27) “alguns professores das escolas especiais da Rede Municipal começaram a envolver os alunos em projetos, como: ajudantes na secretaria da escola, oficinas de culinária, organização de horta, enfim atividades fora da sala de aula.”, foi em 1996 que o então prefeito da cidade de Porto Alegre, Tarso Genro, assinou o decreto nº 11.484, responsável por formalizar as regras para a realização do PTE na administração centralizada, nas autarquias e fundações municipais. Além disso, nele foram definidos o direito de recebimento de vale-transporte, o valor da bolsa-auxílio, carga horária, tempo limite de participação no Programa, competências do CEATE (Comissão Especial de Acompanhamento do Trabalho Educativo) e do Coordenador Técnico, entre outras determinações para o bom andamento do PTE. O decreto, de caráter provisório, teve vigência de apenas 18 meses.

Em 1998, através do decreto nº 11.955, assinado pelo prefeito Raul Pont, o Programa é ampliado e passa a ser contínuo. Por meio dele foi criada a função de Coordenador do trabalho educativo nas repartições públicas, além do aumento de 8 para 16 vagas destinadas aos estudantes do Programa nos estabelecimentos municipais:

Art. 10 - A repartição interessada, por meio de um órgão central de apoio administrativo, deverá designar, através de Portaria, um funcionário para coordenar a parte administrativa do trabalho educativo.

Parágrafo único. - Para efeitos do disposto no "caput" deste artigo, o funcionário designado denominar-se-á Coordenador.

Art. 20 - Para a aplicação deste Decreto serão selecionados até 16 (dezesesseis) estudantes dos estabelecimentos de ensino especial do Município.

Em 1999, ocorrem alterações na redação do artigo 6º do Decreto nº 11.955/99. O período máximo de participação no PTE pelos estudantes passa a ser de 720 dias e não mais 360 dias como decretado anteriormente:

Art. 1º - O art. 6º do Decreto nº 11.955, de 22 de abril de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º - O período de trabalho educativo não será superior a 720 dias, nem inferior a noventa dias, limitado pela data de conclusão do curso, trancamento ou cancelamento da matrícula no estabelecimento de ensino.”

Por fim, o prefeito João Verle, através do decreto 14.109 de 2003, revoga o Decreto nº 11.955/98, porém altera poucos artigos. Foram três as principais alterações: inclusão dos estudantes portadores de deficiência do Centro Municipal de Educação de Trabalhadores (CMET) Paulo Freire no Programa, ampliação das vagas nos estabelecimentos municipais, ficando definida a seleção de cinco estudantes de cada um dos estabelecimentos de ensino especial de Porto Alegre e cinco estudantes portadores de deficiência do CMET Paulo Freire e a criação da Comissão Especial de Acompanhamento (CEATE) com suas competências:

Art. 11 Para cumprimento das disposições deste Decreto, fica criada a Comissão Especial de Acompanhamento, composta pelos seguintes integrantes:

I - pelo representante da Coordenação Pedagógica, indicado pela Secretaria Municipal de Educação;

II - pelos representantes dos estabelecimentos de ensino especial do Município e do CMET Paulo Freire, que atuarão como coordenadores técnicos do trabalho educativo.

Parágrafo único - O Secretário Municipal de Educação designará os componentes da Comissão Especial de Acompanhamento.

Art. 12 Compete à Comissão Especial de Acompanhamento do trabalho educativo:

I - elaborar seu Regimento Interno;

II - coordenar o trabalho educativo;

III - contatar com os órgãos municipais para encaminhamento dos estudantes com potencial para o trabalho educativo;

IV - propor e encaminhar aos órgãos municipais envolvidos com o trabalho educativo as alterações a respeito do mesmo;

V - avaliar a sistemática do trabalho educativo;

VI - selecionar estudantes para o trabalho educativo;

VII - emitir parecer conclusivo que caracterize ou não os casos previstos nos incisos IV e V do art. 19.

Art. 13 A Comissão Especial de Acompanhamento do Trabalho Educativo reunir-se-á periodicamente para analisar e discutir os procedimentos adequados para o desenvolvimento do referido trabalho.

5.2 DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA NA ATUALIDADE

Atualmente o programa atende mais de 200 alunos por ano. São jovens maiores de 15 anos, regularmente matriculados nas EMEEF's Professor Elyseu Paglioli, Professora Lygia Morrone Averbuck, Professor Luiz Francisco Lucena Borges, Tristão Sucupira Vianna, EMEF de Surdos Bilíngue Salomão Watnick, CMET Paulo Freire ou frequentadores das SIR - Salas de inclusão e recursos das escolas comuns.

Para adentrarem nos Grupos Operativos os jovens das Escolas Especiais, do CMET Paulo Freire e da Salomão Watnick devem ser indicados pelos professores através do Conselho Escolar, após observarem dentre os alunos quais demonstram interesse pelo Programa e apresentam potencial de inserção. De acordo com o Manual Prático do PTE produzido pela Secretaria Municipal da Educação, os alunos que frequentam a SIR devem, primeiramente, participar de uma reunião na escola de origem, onde devem estar presentes a família, responsável pela SIR, pela SIR/PTE e pelo Serviço de Orientação ao Aluno (SOE).

O Programa se desenvolve através de cinco formas de atendimento, são eles: Grupos Operativos, Pré-estágios, Estágios de Trabalho Educativo, Programas de Aprendizagem Profissional e inserção formal no mercado de trabalho. Cada uma desses atendimentos é realizado em diferentes espaços, porém com os mesmos objetivos, que estão assim expostos no manual prático do PTE:

- Conhecimento através de relações de aprendizagem, de trabalho e de vida;
- Romper com a lógica dominante de produção que não costuma levar conta as singularidades;
- Desmistificar a concepção de que pessoas com deficiência são incapazes de aprender e de produzir em ambientes não especializados;
- Estabelecer relações entre trabalho, salário, bens de consumo e poder aquisitivo de forma que os aprendizes possam gerenciar sua própria renda;

- Desenvolver postura profissional e pessoal;
- Estimular boa apresentação pessoal;
- Oferecer especificidades do mundo do trabalho;
- Promover o conhecimento da estrutura e funcionamento dos diferentes segmentos (cooperativa, prestação de serviços, indústria, comércio, economia familiar...);

Os Grupos Operativos são realizados nas escolas, onde os adolescentes e jovens, sob orientação dos Coordenadores Técnicos, reúnem-se semanalmente, no contraturno das aulas (alunos que estudam pela manhã participam do grupo à tarde, e os que estudam à tarde, participam pela manhã). Nos encontros são desenvolvidas aprendizagens sobre o mundo do trabalho e cidadania; os alunos aprendem sobre documentações e suas utilidades, direitos e deveres do trabalhador, assiduidade, pontualidade, postura profissional no trabalho e em entrevistas, autonomia, cuidados pessoais, locomoção pela cidade, confecção de currículos, além serem estimulados a interagir socialmente com outros jovens da mesma idade.

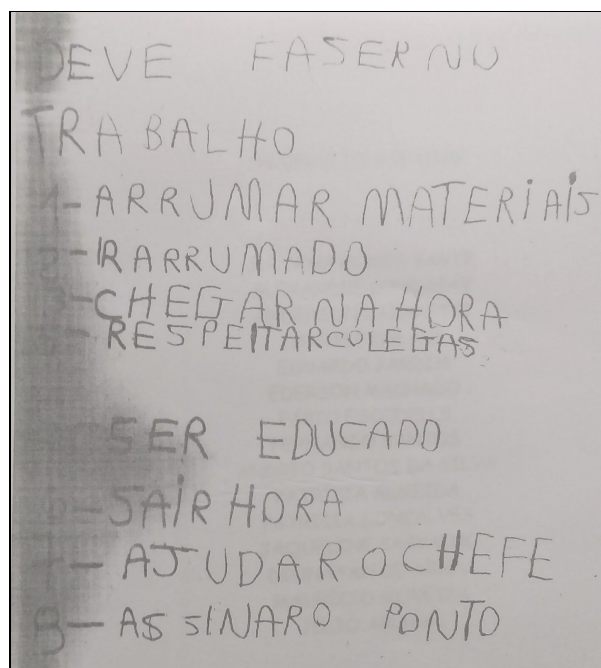
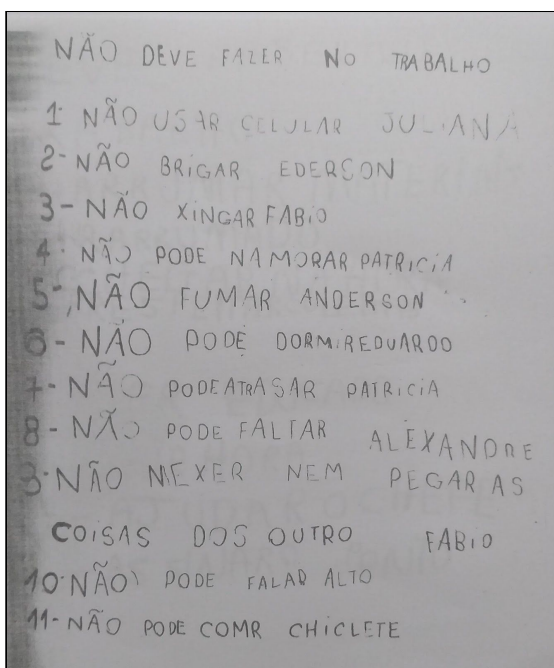


Figura 3 - O que não fazer no trabalho, segundo alunos do PTE

Figura 4 - O que fazer no trabalho, segundo alunos do PTE⁹

⁹ Fonte figuras 3 e 4: Listas produzidas pelo grupo do PTE/2008 na EMEEF Professor Elyseu Paglioli para o "Livreto do Trabalho", criado por eles e pelas professoras Débora Ballestrin e Ana Cláudia Rodrigues.

A partir da participação nos Grupos Operativos, o Coordenador Técnico pode avaliar qual o melhor encaminhamento para cada adolescente e jovem, observando suas habilidades, potencialidades, limitações e interesses. Em alguns casos, o Coordenador Técnico avalia que aquele aluno ainda não está pronto para ser encaminhado, desse modo ele permanece apenas frequentando o Grupo. A participação nas reuniões semanais do PTE é contínua, mesmo que o jovem já esteja participando das outras etapas.

O aluno pode ser encaminhado para o Pré-estágio, que ocorre na escola ou comunidade, onde começa a exercer atividades de apoio em setores como secretaria, biblioteca, informática etc., sendo supervisionado pelo Coordenador Técnico. Outra modalidade é o Estágio de Trabalho Educativo, composto por 51 vagas, sendo 41 delas em secretarias, fundações, departamentos e autarquias municipais e 10 na Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Nessa modalidade os alunos já cumprem uma carga horária pré-determinada, recebem bolsa-auxílio e podem permanecer por até dois anos.

O último tipo de encaminhamento possível se refere aos Programas de Aprendizagem e, de acordo com Ferraz (2015, p. 76), os alunos inseridos nesses programas “seriam aqueles que deram um passo a mais do que os jovens do PTE, pois a partir da situação de aprendizes têm a perspectiva de serem efetivados na empresa onde realizam sua aprendizagem.”. O contrato de aprendizagem é definido no artigo 428, adicionado em 2005 ao decreto-lei nº 5.452/43, como sendo o:

[...] contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação. (BRASIL, 2005)

Os participantes dessa modalidade do programa, denominados como Jovens Aprendizes, são contratado por empresas de médio e grande porte que tem como obrigação, a partir da lei nº 10.097/2000, ter em seu quadro um número de aprendizes com equivalência de 5% à 15% do total de empregados. Os cursos de

aprendizagem são oferecidos pelo SENAC, SENAI e Cesmar e fiscalizados pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, que também é responsável pela fiscalização das empresas participantes.

Nessa modalidade, que tem duração de até 2 anos e remuneração de ½ salário mínimo, os jovens participam dos cursos técnicos-profissionalizantes e já começam a atuar nos locais de trabalho. Durante o tempo como Jovem Aprendiz é permitido o recebimento concomitante do salário e do Benefício de Prestação Continuada, ao término dos dois anos, caso efetivado pela empresa o BPC é suspenso temporariamente.

Durante os estágios os alunos são supervisionados pelo Coordenador Técnico. Logo após o ingresso a supervisão ocorre semanalmente, depois passa a ser, preferencialmente, quinzenal, mas pode ter outra frequência de acordo com as necessidades do aluno. Já os alunos da EMEF de Surdos Bilíngue Salomão Watnick têm acompanhamento total desde a documentação até os primeiros dias de estágio ou curso, para facilitar a integração do mesmo com as equipes.

Além do citado acima, os integrantes dos grupos operativos participam de palestras, assembléias, encontros com outras escolas, uma viagem anual de estudos e uma festa anual de confraternização com todos os participantes do PTE:

O Encontro de alunos do PTE é um evento que visa a integração entre alunos, vivência sobre temas trabalhados durante o ano, confraternização e avaliação. Os Encontros reúnem alunos das escolas especiais, CMET Paulo Freire e alunos do ensino regular atendidos na sala de integração e recursos PTE.¹⁰

A festa anual serve também para arrecadar fundos para os Grupos Operativos, visto que há gastos, como exposto durante pela Coordenadora Técnica do PTE na escola Elyseu Paglioli, Carla Requia Chassot, na locomoção para acompanhamento dos alunos, algum lanche em atividades fora da escola, confecção de 2ª via de identidade (quando não conseguem isenção) e até para cuidados de higiene e vestuário de alguns alunos. Cada escola cria suas formas de arrecadação, na escola Elyseu Paglioli para essa finalidade criou-se um bazar de roupas e acessórios usados.

¹⁰ Descrição de uma foto na página do Programa no site Facebook, 2019.

Os Coordenadores Técnicos são professores e professoras com formação específica em Educação Especial e compõem o CEATE (Comissão Especial de Acompanhamento do Trabalho Educativo) em Porto Alegre. Além do desenvolvimento do Grupo Operativo, são suas atribuições participar das reuniões semanais do CEATE e mensais da SMED, acompanhar os alunos na locomoção para os cursos e estágios, buscar novas parcerias para o Programa, promover eventos para garantir vivências sociais aos alunos, realizar reuniões com equipe diretiva e os pais e auxiliar os alunos na confecção da carteira de trabalho e outros documentos.

6 O PTE NA E.M.E.E.F PROFESSOR ELYSEU PAGLIOLI

6.1 A ESCOLA

Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas[...] Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em vôo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o vôo, isso elas não podem fazer, porque o vôo já nasce dentro dos pássaros. O vôo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado. (Rubem Alves)

Com esse trecho de Rubem Alves, inicio falando dessa escola que me encantou e abriu as portas para que eu realizasse minha pesquisa. Coincidentemente, após escolher esse trecho, descubro que, não por acaso, há um livro que conta a história da instituição e é denominado de “Há escolas que são asas”¹¹. A escola tem como objetivo, segundo seu Regimento, “o respeito à diversidade, nos espaços e tempos diferenciados, a busca da cidadania por meio de inclusão e justiça social e a escola como um espaço ativo e democrático”. E assim como dito no livro, concordo com os autores quando dizem que:

Contar a história da Elyseu pressupõe preservar e compartilhar esta forma especial de ser escola em intensa relação com a comunidade cultural[...]. Ali dentro, naquele território, existem profissionais capacitados e especialíssimos que, perseverantes, auxiliam no desate de nós ao mesmo tempo em que os pontos são colocados nas agulhas e um a um recomeçam a tessitura de redes, flores e sonhos. Tudo é novo, e sempre outro[...] Lá as possibilidades têm infinitas formas como as dos seus caleidoscópios. (BECHLER; PINHEIRO, 2013, p. 1)

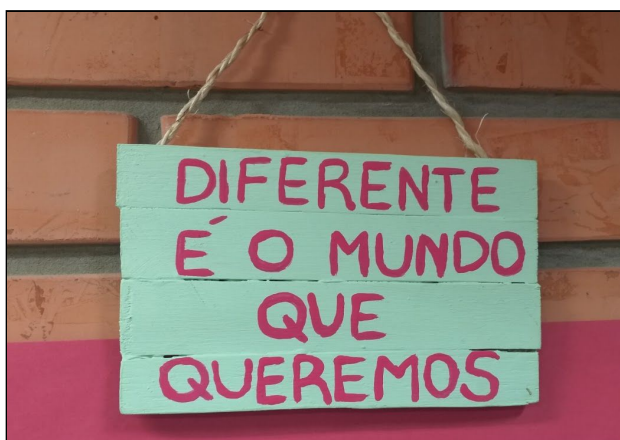


Figura 5 - Cartaz afixado na entrada da E.M.E.E.F Elyseu Paglioli¹²

¹¹ O livro foi escrito pelos jornalistas Janaína Bechler e Jefferson Pinheiro, em comemoração aos 25 anos da escola, em 2013. O livro, viabilizado pelo Instituto de Cidadania e Direitos Humanos (Teia) e Ponto de Cultura Assunção, reúne a história da instituição com ilustrações de estudantes, mostra trabalhos, ações de arte, educação, teatro, dança, fotografia e rádio e projetos realizados, como as atividades de complemento curricular com a comunidade.

¹² Fonte: Luiza Saraiva Millani (2019).

Sua inauguração aconteceu em 21 de agosto de 1988, instituindo-a como a primeira Escola Especial de Porto Alegre. Primeiramente chamava-se CIEM Especial - Centro Integrado de Educação Municipal Especial e tinha como intuito atender as crescentes solicitações da população por um espaço dedicado às demandas das pessoas com deficiência, que na época era basicamente restrito a APAES ou clínicas particulares

De acordo com o exposto no livro que conta a história da instituição, a prefeitura pretendia instalar o espaço na Zona Norte, no bairro Vila Ipiranga, pois na região havia um número expressivo de pessoas com deficiência, porém como posto em palavras no Jornal Zona Sul em 1987 a “escola para doentes mentais [foi] repelida pelo Centro Comunitário do Bairro Ipiranga.”. A prefeitura então resolve realizar a construção no Bairro Cristal, já que a área também tinha grande demanda, porém, prevendo novas manifestações negativas, dessa vez não divulgou o endereço exato.

Abaixo, excertos de notícias sobre a construção da escola, publicadas nos jornais Zero Hora e Zona Sul na década de 80.

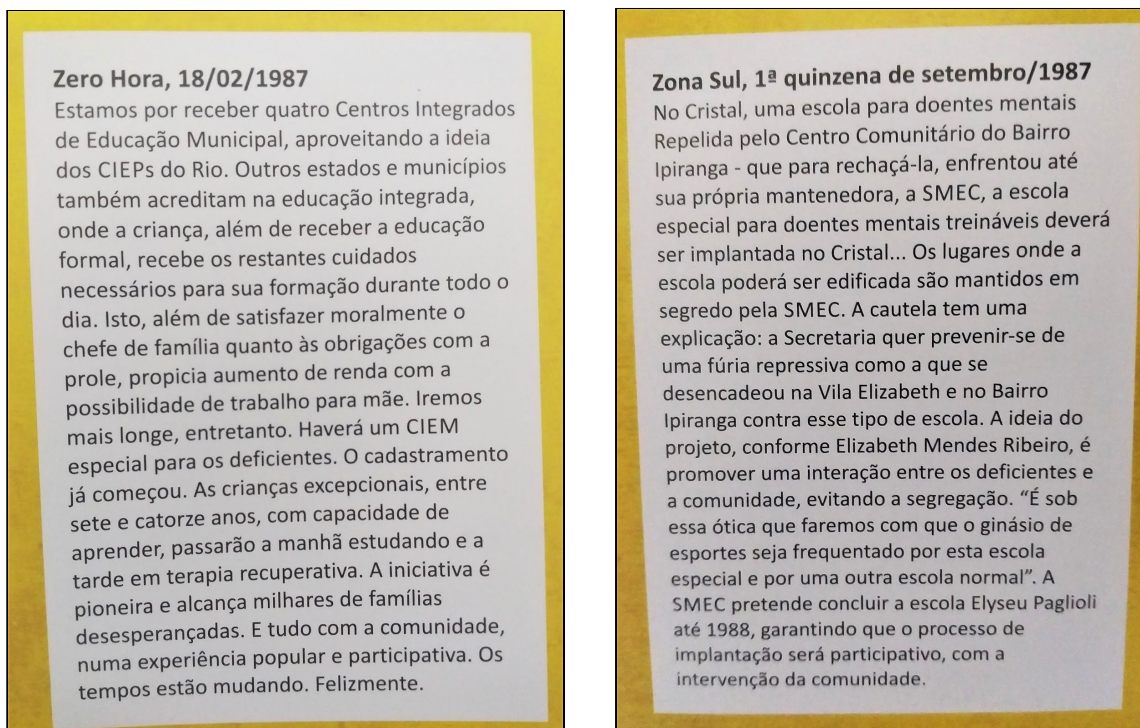


Figura 6 - Jornal Zero Hora noticia a construção da escola em 1987.
Figura 7 - Jornal Zona Sul noticia a construção da escola em 1987.¹³

¹³ Fonte figuras 6 e 7: BECHLER, Janaína. PINHEIRO, Jefferson. **Há escolas que são asas**. Porto Alegre: Instituto de Cidadania e Direitos Humanos - TEIA; Ponto de Cultura Assunção, 2013.

Os moradores do Bairro Cristal também realizaram movimentos contra a escola especial, pois, de acordo com Ferraz (2015, p. 79), “temiam os moradores que os imóveis do entorno pudessem ser desvalorizados com a construção de um espaço para deficientes no bairro”. Mas também houve manifestações favoráveis, e em novembro de 87 o Jornal Zona Sul divulgou que “várias entidades da Zona Sul entregam ao prefeito, na tarde do dia 20, um abaixo assinado contendo mais de 200 assinaturas favoráveis a sua construção” garantindo assim o “CIEM para deficientes” na esquina entre as ruas Butuí e Jataí.

A Escola Elyseu Paglioli nasceu como um buraco que atropela o caminhante e faz balançar o corpo em direção ao chão, que talvez o faça fraturar o pé, o deixe sem poder andar por alguns meses, e depois lhe tire a estabilidade do saber caminhar. Instaurou um lugar vazio onde só havia a certeza do homem mutilado que quer obturar o seu órgão perdido e por isso não pode ver qualquer altura, qualquer camada, qualquer utopia. Sim, talvez a utopia nessa caso seja a fratura instalada por essa incômoda calçada, colocada bem na mesma rua, em frente da parada de ônibus cotidiana, no caminho do mercado, uma Escola de Educação Especial. (BECHLER; PINHEIRO, página 7, 2013)

Buscando a participação da comunidade do entorno, a escola Elyseu iniciou um movimento de “inclusão às avessas”¹⁴: ela abriu suas portas para alunos sem deficiência e, com isso, começou a se inserir no dia a dia do bairro e a ser respeitada. Marco relata em sua tese que:

A implantação de vários projetos com vagas abertas para comunidade fez com que, aos poucos, a escola se inserisse no bairro e fosse respeitada como espaço educacional para pessoas com deficiência e espaço de interação e aprendizagem para crianças e jovens sem deficiência que passaram a integrar os projetos de complementos curriculares. (FERRAZ, 2015, p. 79)

Em 1994, no parecer da escola sobre o ano letivo, encontra-se relatada a preocupação de restringir a instituição apenas a pessoas com deficiência e a busca por alternativas que tornassem a escola não excludente ao restante da sociedade:

Elaboramos um projeto que consiste em oferecer um trabalho para a comunidade, que oportunize espaços de aprendizagens entre os alunos da escola e crianças e adolescentes “ditos normais”. Tendo em vista que a aprendizagem se dá na pluralidade das ações, que se faz necessário à ampliação dos “padrões de normalidade” (restringem-se então as figuras dos professores e funcionários) e visa também a desmistificação da escola especial e a tentativa de uma educação para o acolhimento das diferenças. Objetivando o reconhecimento desse espaço como Escola, na redundância do conceito: aprende-se/ensina-se a todos. (Parecer Pedagógico E.M.E.E.F Professor Elyseu Paglioli, 1994 apud BECHLER; PINHEIRO, 2013, p. 14)

¹⁴ Termo utilizado pela escola em seu Plano Político Pedagógico para descrever essas ações.

Em 1995 inicia oficialmente o Projeto de Integração/Inclusão, denominado de Complementos Curriculares. Abre-se a escola para a participação de estudantes de escolas regulares e comunidade em geral em oficinas artísticas no turno oposto ao das aulas do II e III ciclo. Os Complementos acontecem de uma a duas vezes na semana, têm duração de 12 meses e a cada ano são renovados de acordo com interesses e possibilidades de vagas e professores.

Atualmente a escola conta com 135 alunos de 6 a 21 anos, que estão divididos nos 3 ciclos de formação e em 14 turmas que ocorrem nos turnos da manhã e da tarde. Além dos alunos regulares, atende 72 bebês e crianças de 0 a 5 anos no atendimento em Educação Precoce (0 a 3 anos) e na Psicopedagogia Inicial (3 a 5 anos), que contam com 6 turmas e atendimentos de 45 minutos que ocorrem pela manhã ou à tarde.

O primeiro ciclo (infantil) possui 4 turmas de crianças na faixa etária de 6 a 9 anos e 11 meses, tendo como objetivo o foco no brincar e no jogo, visando ampliar e construir conhecimentos e experiências; o segundo ciclo (infanto juvenil) também possui 4 turmas, com crianças/pré-adolescentes na faixa etária dos 10 aos 14 anos e 9 meses. Como essa faixa etária está no período de transição entre infância e adolescência o objetivo do segundo ciclo é trabalhar as capacidades coletivas e individuais, contando com uma proposta flexível de intervenção pedagógica. O terceiro ciclo (juvenil) é dividido entre 3 turmas, com jovens de 15 aos 21 anos, e tem como objetivos sistematizar os processos de ensino-aprendizagem e a preparação do aluno para o trabalho, levando em consideração as questões subjetivas da adolescência e ingresso na vida adulta, enfatizando a transição do aluno para outros espaços escolares/de convivência, sendo o principal foco a autonomia.

A escola é formada por dois dirigentes (diretor e vice-diretor), quatro coordenadores do serviço de orientação pedagógica, 28 docentes, 3 auxiliares e 8 funcionários terceirizados. O conselho escolar é constituído por quatro segmentos: professores, alunos, pais e funcionários e tem reuniões mensais. Cada segmento é composto por dois representantes: um titular e um suplente, escolhidos por votação do seu respectivo grupo.

A comunidade e os pais têm uma participação muito ativa na escola, seja para discutir e tomar decisões ou para dar sugestões através do Conselho Escolar e assembleias. Além do Conselho Escolar, existe o Clube de Mães, criado com o intuito de ser um espaço onde as mães se sintam confortáveis para conversar entre si e com a escola, possibilitando troca de experiências e vivências, e que tem sido um meio de resolução de problemas na instituição devido ao contato direto com e entre as famílias.

Alguns problemas enfrentados pela escola na atualidade dizem respeito à falta de recursos humanos e à terceirização dos funcionários. Segundo a direção, frequentemente é preciso intervir em situações trabalhistas, como atraso nos pagamentos. Por conta dos problemas com as empresas terceirizadas há uma alta rotatividade de pessoal, fazendo com que esses funcionários não tenham tempo de convivência para que sintam parte da escola.

6.2 O PROGRAMA

Na escola Professor Elyseu Paglioli existem duas turmas de Grupo Operativo; uma pela manhã, com 8 jovens, e outra à tarde, com 12 jovens. No grupo da manhã, 4 alunos já realizam estágio ou pré-estágio e no grupo da tarde esse número é de 6 alunos, sendo que 4 estão no Jovem Aprendiz.

A professora Carla Requia Chassot é a Coordenadora Técnica dos grupos da manhã e tarde. À tarde a função é compartilhada com a professora Rosângela Garcia. As duas profissionais são Pedagogas com formação em Educação Especial. O papel delas no Programa é orientar, supervisionar e acompanhar os jovens do PTE nos locais de estágios, cursos de aprendizagem e mercado de trabalho. São elas que organizam os encontros dos Grupos Operativos e os encontros com os pais e responsáveis. As Pedagogas se utilizam de estratégias educativas para realizar a inserção desses alunos em outros espaços educativos para além da sala de aula.

Os grupos realizam encontros semanais, nos quais, além das aprendizagens sobre o mundo do trabalho, também aprendem sobre autonomia, cidadania, cuidados pessoais, pontualidade e deslocamentos na cidade. Os encontros dos

Grupos acontecem no espaço multimeios da escola, espaço destinado à música, dança, projetos etc.



Figura 8 - Foto 1 da sala multimeios



Figura 9 - Foto 2 da sala multimeios¹⁵

¹⁵ Fonte figuras 8 e 9: Luiza Saraiva Millani (2019).

7 O GRUPO OPERATIVO DE TRABALHO

7.1 OBSERVAÇÕES

Durante o segundo semestre de 2019 realizei observações dos encontros do Grupo Operativo do turno da manhã da E.M.E.E.F Professor Elyseu Paglioli. Estive presente, como observadora, em 4 encontros consecutivos.

Os encontros começavam às 10h da manhã e terminavam cerca de 11h20, horário em que iam para o almoço. O Grupo era formado por 8 alunos, mas, no segundo dia de observação, o aluno Roberto, do Grupo da tarde, trocou de turno, passando a fazer parte do Grupo observado. Desta forma, ficaram 9 integrantes.

Apresento abaixo algumas informações que julgo importante para compreender algumas questões que se desenrolam ao longo das observações, sobre os alunos que integram o Grupo Operativo do PTE:

Quadro 1 - Informações dos alunos				
NOME ¹⁶	SITUAÇÃO NO PTE	DATA DE NASCIMENTO	MORADIA	DIAGNÓSTICO ¹⁷
Beatriz	Grupo Operativo	2002	abrigo	Esquizofrenia e Deficiência Intelectual
Bruno	Estágio: Câmara Municipal (portaria)	1999	família	Epilepsia e Hiperatividade
Elias	Estágio: DMLU (protocolo)	2001	família	Deficiência Mental Leve
Fernanda	Pré-estágio: escola (secretaria)	1999	família	Síndrome de Silver-Russell
Marcela	Pré-estágio: escola (secretaria)	2002	abrigo	Deficiência Mental Moderada
Pedro	Grupo Operativo	2001	família	Deficiência Intelectual, Epilepsia, Deficiência Mental Moderada
Roberto	Grupo Operativo	-	família	-
Ruan	Grupo Operativo	2001	abrigo	Esquizofrenia, Deficiência Mental Moderada
Thiago	Grupo Operativo	2002	família	Síndrome de Down

¹⁶ Nomes fictícios, para preservar a identidade dos alunos.

¹⁷ Os diagnósticos e demais informações foram retirados das fichas dos alunos disponibilizadas na secretaria da escola. Para os alunos que continham o CID (Classificação Internacional de Doenças) F70 ou F71.1 (Retardo Mental Leve ou Moderado), utilizei a nomenclatura "Deficiência Mental Leve ou Moderada", pois de acordo com Romeu Kazumi Sasaki é o termo correto. Acesso em: http://www.andi.org.br/sites/default/files/Midia_e_deficiencia.pdf.

No primeiro encontro, apresentei-me para eles, disse meu nome, que estava fazendo faculdade para ser professora e que iria observar alguns encontros deles para realizar uma pesquisa sobre o Programa. Eles também se apresentaram para mim, disseram nome, idade e se estavam fazendo estágio ou curso. Nessa e nas outras observações realizei anotações e em alguns momentos foi utilizado o gravador de voz.

Os alunos assistiram ao vídeo “Expedição 21: aprendendo a morar sozinho”, o vídeo mostrava a experiência de jovens com Síndrome de Down passando alguns dias sozinhos em uma casa. Carla fez uma introdução antes, falando sobre as responsabilidades de morar sozinho, a construção da independência e alguns questionamentos aos alunos, como:

Carla: o que tu iria achar mais difícil em morar sozinho?

Respostas: fazer comida, secar louça, trabalhar, tirar o lixo, arranjar um emprego, pagar a luz, limpar a casa, pagar a água, ficar longe dos pais, passear com o cachorro, lavar a louça.

Carla: por que seria bom morar sozinho?

Respostas: cuidar da minha casa, ter uma garagem, ter moto e Camaro, os pais não incomodarem, poder fazer minha própria comida sozinha, sair sozinho, ter uma família, sair para jogar bola, “não quero morar sozinho, quero morar com a Bel”.

Morar sozinho é uma grande responsabilidade. Como foi falado, há vários desafios no dia a dia, mas também abre um mundo de possibilidades. O acesso ao Programa propicia aos jovens a perspectiva de um dia terem seu próprio espaço. Bechler e Pinheiro trazem no livro “Há escolas que são asas” um relato de um jovem que com o estágio no PTE foi construindo seu espaço:

O garoto que desenhava casas na escola, enquanto construía o seu próprio projeto de quarto, refúgio, lugar próprio, quase uma casa dentro da casa compartilhada. Durante o estágio, trabalhou, comprou tijolos. Depois de um tempo pôde pensar em uma porta, foi negociada com a família. Agora talvez venha a ter uma janela, um mundo próprio. “Ele faz casas, casarões. O dinheiro que ele queria com o trabalho era pra fazer um quarto. Comprou tijolos. O que é o cara colocar uma porta no quarto? É ter o seu próprio espaço: ‘eu sou um cara diferentes, eu tenho um outro mundo também’.

Começa a se sentir potente para ser diferente.” (BECHLER; PINHEIRO, 2013, p. 44)

Enquanto Carla colocava o vídeo, Beatriz se aproxima de mim e fala:

Beatriz: Tô quase fazendo 18... Pra sair do abrigo, morar com a minha mãe. A tia do abrigo disse que eu vou morar nas casinhas, mas não, eu vou morar com a minha mãe. Prefiro cuidar dela do que morar em outras casinhas. Isso tá certo, né?

As “casinhas” que as “tias do abrigo” falam para Beatriz são as casas destinados aos maiores de 18 anos com deficiência, que não possuem condições de morar sozinhos e não tem família. Carla relata que Beatriz tem avós e tios e que o abrigo está tentando contato para que eles a assumam, mas se ela não retornar para a família, será transferida para uma dessas casas.

Nesse momento também, ao perceber que Carla estava acessando o site *YouTube*, Elias diz:

Elias: Bota um funkzão! [faz sons da batida de funk com a boca, e é acompanhado pelo colega Bruno].

Destaco também algumas palavras pronunciadas pelos alunos durante a observação: *pai, fei, bicho e cupinxa*. Gírias utilizadas por adolescentes e jovens ao se referirem a outras pessoas e/ou amigos.

O primeiro dia de observações foi muito revelador, principalmente sobre mim. Ao iniciar a observação percebi que estava influenciada por um olhar infantilizador, talvez por trabalhar com crianças com deficiência ou mesmo por uma influência do capacitismo internalizado. Destaco isso pois me pegava surpreendida ao ouvir eles falarem das dificuldades e ambições sobre morar sozinho, dos pedidos de funk e das gírias. Maffezol e Góes (2009, p. 142, 144) dizem que, “no caso da deficiência, há todo o perigo de se perderem os parâmetros universais do ser humano que nele estão presentes, considerando-o em tudo como diferente, anormal.”.

Ao longo da encontro, fui percebendo que estava diante, antes de qualquer deficiência, de um grupo de adolescentes e jovens. As falas e atitudes deles não eram muito diferentes das que eu e meus colegas tínhamos e das que os grupos de

adolescentes da atualidade apresentam na mesma faixa de idade.

No segundo encontro, apenas 5 alunos estavam presentes, o restante faltou a aula e, conseqüentemente, ao Grupo. Cheguei um pouco mais cedo e fui recebida por eles ainda no pátio, no recreio, com muito carinho.

Esse encontro ocorreu no dia 05 de setembro, coincidentemente, dia de pagamento. Por tal motivo, Carla iniciou falando que um aluno, do turno da tarde, havia ido receber seu salário, mas em razão dos atrasos e faltas injustificadas, havia recebido menos. Com isso retomou a importância da frequência e pontualidade, tanto na escola, quanto no curso ou trabalho.

Marcela comenta que levará eu e Carla para fazer um lanche no McDonalds com o salário dela. Logo após, percebe que Elias está de perfume e inicia o diálogo que descrevo abaixo:

Marcela: tá cheiroso... tá de perfume?

Elias: [balança a cabeça positivamente, envergonhado] vou comprar um perfume pra ti.

Carla passou o livro ponto para que os alunos assinassem. O livro ponto foi adotado como método para acostumar os alunos à prática de bater ponto na entrada e saída do trabalho. Serve também como treino da assinatura e rubrica. Como alguns não estão alfabetizados, a Coordenadora os auxilia no preenchimento.

Outros assuntos abordados neste encontro foram a carteira de identidade (quando fazer, importância, assinatura, impressão digital - que ela explicou o que era e como servia utilizando o desbloqueio por impressão digital do celular como exemplo). Eles observaram as cópias das suas identidades para verificar se precisavam fazer uma nova via. Como alguns precisavam, Carla se prontificou a ir um dia com todos juntos.

Elias: eu sei onde faz! É no Tudo Fácil, tem no Centro, na Azenha e os outros dois eu não sei.

O aluno Roberto iniciou no Grupo nesse dia, vindo do turno da tarde. Ele já foi

chamado para entrevista no curso de menor aprendiz, porém não compareceu, pois, segundo a família, estava no Bairro Restinga, na casa da avó. A mãe foi chamada na escola para conversar sobre a situação e no momento ele aguarda ser chamado novamente.

Em vários momentos os alunos verbalizavam a vontade de trabalhar. Beatriz fala frequentemente “quando eu trabalhar”, “onde eu trabalhar”. Quando algum colega demonstrava alguma atitude, considerada por eles, correta, diziam “já pode ser encaminhado [para o trabalho]”, “já pode trabalhar”.

No terceiro encontro eles estavam muito animados, pois foi divulgada a festa do PTE de 2019. A festa é um momento muito esperado por eles, pois é uma oportunidade de sair à noite, com os colegas e conhecer alunos das outras escolas. Carla falou da data, valores e das atrações: Mc Jean Paul, Tonho Crocco, Turucutá, um DJ e uma banda de pagode. Quando souberam que haveria pagode e funk, não se contiveram:

Elias: etchaaaa, sora, pagode!

Bruno: vou chamar as gurias pra dançar um pagode bem agarradinho!

O funk, as gírias, os papos sobre beijos, namoros e festas vez ou outra se entrelaçavam às temáticas dos encontros. Observando aquele grupo não havia como negar que já não bastava para eles os assuntos de aulas, escola ou trabalho, eles necessitam se expressar através do corpo, da fala e da convivência com seus pares. Dayrell fala da cultura juvenil, com foco nos jovens neurotípicos das camadas mais pobres, mas acaba por abranger os jovens com deficiência:

Com todos os limites dados pelo lugar social que ocupam, não podemos esquecer o aparente óbvio: eles são jovens, amam, sofrem, divertem-se, pensam a respeito das suas condições e de suas experiências de vida, posicionam-se diante dela, possuem desejos e propostas de melhorias de vida. Na trajetória de vida desses jovens, a dimensão simbólica e expressiva tem sido cada vez mais utilizada como forma de comunicação e de um posicionamento diante de si mesmos e da sociedade. (2007, p. 1108)

Após falarem da festa, Carla propôs uma dinâmica: dentro de uma caixa havia vários papéis, cada uma com uma palavra ou frase. Um por vez tirava um papel, lia a palavra e todo o grupo deveria conversar sobre o que significava ou lembrava a

palavra.

A primeira palavra foi *autonomia*. E nenhum deles quis responder, então Carla explicou o significado, “é a capacidade de vocês fazerem as coisas sozinhos”, e perguntou: “quem tem autonomia no dia a dia?”. Eles vão respondendo algumas coisas que fazem sozinhos, como ir ou voltar da escola, trabalhar, vestir-se. Mas Beatriz diz:

Beatriz: as tias não deixam eu fazer nada sozinha. Eu queria ir pra escola e pro mercado sozinha, mas elas não deixam.

O fato dos alunos não saberem andar pela cidade sozinhos a pé ou de ônibus, muitas vezes por não terem a oportunidade ou liberdade, acaba por dificultar quando conseguem uma vaga de estágio/trabalho, pois ficam dependentes da disponibilidade de outras pessoas para levá-los e buscá-los.

Muitos alunos/adolescentes que iniciam no PTE não sabem e nem nunca transitaram sozinhos na rede de transporte público municipal. Existem casos de alunos que jamais saíram do bairro onde moram, pois não tem os recursos nem uma pessoa responsável disponível que possa acompanhá-los. Essa dependência de outras pessoas para realizar tarefas básicas e relativamente simples, aparecem também como um desafio a ser superado. (DIEKOW, 2012, P. 39)

No segundo papel estava escrito *resolver problemas* e, para os alunos, para resolver problemas é necessário “pedir ajuda” ou “chamar a professora”. Em terceiro retiraram *assiduidade*, Carla perguntou o que era e eles não souberam responder, confundiram com *identidade*, então ela explicou e disse que é muito importante que eles sejam assíduos no trabalho. Por último a palavra foi *documentação*. A Coordenadora perguntou quais eram os principais documentos e, juntos, falaram “identidade, o CPF e a carteira de trabalho” e sobre qual documento era necessário para fazê-los, alguns responderam “certidão de nascimento e comprovante de residência”.

Sobre a documentação Carla, em entrevista, falou que é um aprendizado muito necessário para eles, visto que muitos chegam sem documentação e sem saber assinar o nome. Segunda ela, muitas vezes a própria família desconhece como funciona para fazer a documentação e até perdem a certidão de nascimento,

aí cabe a ela fazer o resgate dessa 2ª via¹⁸ da certidão e orientar essas famílias. Diekow também se refere, em sua pesquisa sobre o PTE, a essa dificuldade sobre a documentação :

A maioria, possui no máximo a certidão de nascimento e, em geral, nem os alunos, nem seus familiares, sabem como proceder para obter essa documentação. Faltando-lhes recursos para as despesas básicas, como as condições para locomoverem-se do local onde moram até o serviço público de identificação. (DIEKOW, 2012, P. 39)

No quarto e último encontro em que estive presente como observadora, o Grupo recebeu a visita de Ismael. Ismael participou do PTE e do curso de jovem aprendiz e hoje trabalha como empacotador no Zaffari. O jovem relatou sua rotina de trabalho: vai sozinho, almoça no refeitório, bate o ponto e vai trabalhar. Ele fala que alguns clientes dão gorjetas, como forma de agradecimento, e Elias se interessa:

Elias: o que tu faz com o dinheiro da gorjeta?

Ismael: eu guardo para viajar.

Elias: e quem vai no banco receber e guardar teu dinheiro?

Ismael: minha mãe vai.

Carla questiona sobre os descontos no salário, perguntado em que situações ele é descontado. Ismael explica que recebe menos se tiver faltas ou atrasos. Elias então pergunta:

Elias: teu chefe chama na sala quando tu chega atrasado?

Ismael: [risos] não chama.

7.2 ADOLESCENTES E JOVENS FALAM SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO PTE

Após as observações, estive presente em mais um encontro do Grupo, para a realização de uma conversa com os adolescentes e jovens integrantes do Grupo. Previamente elaborei perguntas com base no que havia me instigado durante as observações e achei que deveria ouvir propriamente deles, com base em suas vivências e não apenas concluir com base nas minhas. Senti necessidade de ouvi-los falando de suas experiências, com suas palavras e gestos, pois

¹⁸ Pode ser lido como “2ª vida” também, pois a vida após os documentos torna-se muito diferente para esses sujeitos.

Em estudos sobre a produção de pesquisa em educação especial são frequentes os trabalhos relativos a olhares e a discursos que a família, a escola, as instituições, os profissionais especializados e a sociedade têm a respeito de pessoas com deficiência mental. Ainda é tímida, porém, a produção de trabalhos em que o pesquisador se dispõe a ouvir e a dar voz aos próprios sujeitos. De acordo com os autores, esse interesse restrito justifica-se pelo estigma de não possuírem pensamento reflexivo e autonomia. Assim, não são capazes de falar coisas que sejam relevantes para nosso conhecimento sobre seus processos, e tendemos a não dar escuta àquilo que eles têm a dizer sobre o mundo e sobre si ou sobre suas capacidades, dificuldades, desejos etc [...] (MAFFEZOL; GÓES, 2009, p. 146)

Antes de iniciarmos, pegamos as cadeiras e nos sentamos em roda. O Professor Estagiário Gustavo, que realiza estágio com o III ciclo, estava presente acompanhando os alunos e juntou-se a nós na conversa. Antes de realizar as perguntas, retomei que estava com o Grupo que estava lá pesquisando para meu Trabalho de Conclusão da faculdade e que iria gravar o que estávamos falando, mas sem divulgar seus nomes.

Expliquei que faria algumas perguntas e que eles deveriam responder, conforme sentissem vontade, mas dessa maneira não funcionou, pois eles ficavam em silêncio e não respondiam. Acabei optando por outra dinâmica: eu fazia a pergunta e, na ordem em que estavam, cada um respondia, depois de todos responderem, ia para a próxima pergunta. Quando alguém não sentia-se à vontade para responder, isso era respeitado e, caso alguém quisesse fazer uma nova colocação, voltávamos para a pessoa.

Havia feito um roteiro de perguntas, seguindo determinada ordem, mas no dia, conforme a conversa foi se desenrolando, suprimi algumas perguntas e alterei a sequência. As perguntas realizadas foram estas, respectivamente:

- Porque é importante participar do PTE?
- O que vocês aprendem aqui no Grupo?
- Com o que vocês gostariam de trabalhar, se vocês pudessem escolher qualquer profissão?
- Por que vocês querem trabalhar? Por que é importante trabalhar?
- Quais as maior dificuldade de vocês (no Jovem Aprendiz, no Estágio ou no Pré-Estágio)?

Disponibilizarei abaixo as informações advindas dessa dinâmica e a análise dos dados obtidos. Na escrita dos diálogos, utilizarei para os alunos os nomes fictícios, já para mim, a Coordenadora Técnica e para o estagiário usarei os nomes reais: Luiza, Carla e Gustavo. Algumas falas foram editadas, preservando seus sentidos originais, pois de acordo com Rosália Duarte (2004, p. 241), “exceto quando se pretende fazer análise de discurso, frases excessivamente coloquiais, interjeições, repetições, falas incompletas, vícios de linguagem, cacoetes, erros gramaticais, etc. devem ser corrigidos na transcrição editada”.

Luiza: Por que é importante participar do PTE?

Fernanda: para trabalhar.

Marcela: para trabalhar e ganhar meu dinheiro.

[O aluno Elias cobrava “postura” do colega Bruno, que estava falando e levantando-se durante a participação das demais colegas: “postura, Bruno, postura!”]

Beatriz: para ganhar dinheiro, para trabalhar, fazer minhas coisas.

Nesta primeira pergunta estávamos seguindo a ordem aleatória e, como está exposto, apenas 3 alunas participaram, o que inferi como negativo para o andamento. Destaco nas respostas, o entendimento do Programa como acesso ao trabalho e, conseqüentemente, de acesso ao dinheiro e a possibilidade de “fazerem suas coisas”.

O comentário de Elias para o colega, cobrando “postura”, demonstra qual é o comportamento que para ele é esperado de um estudante/trabalhador. Fica explícito, pela escolha da palavra, que Elias já internalizou que há uma determinada maneira de agir dentro das instituições das quais eles fazem parte.

Luiza: O que vocês aprendem aqui no Grupo?

[Os alunos ficam em silêncio. Carla, então, estimula-os, perguntando: o quê vocês aprenderam esse ano? O quê fizeram?]

Elias: eu fiz muita coisa, fiz curso.

Pedro: fazer identidade e assinar o nome. Assinar aquilo que tem a foto e o cartão [livro ponto].

Carla: para que serve o livro ponto?

Pedro: para bater as horas de saída e de entrada, para calcular o dinheiro.

Fernanda: eu tenho o crachá [apontando para o crachá de funcionária de Carla].

Carla: tu ainda não tem.

Gustavo: Desculpa, profs, sem querer, eu não sabia do trabalho de vocês. Terça-feira eu reparei que eles têm essa demanda pelo trabalho e que é uma coisa que é recorrente na turma deles. A gente confeccionou, com quem não estava no grupo de dança, um crachá, então eles escolheram a profissão. Então a Fernanda fez o crachá dela, o Roberto fez um crachá para ele, o Pedro fez um crachá também e o Thiago fez um crachá também. O que tu queria ser Thiago?

Pedro: eu sei! Ele queria arrumar porta, [ser] marceneiro.

Thiago: eu quero trabalhar na porta, igual ao Nelson. O Nelson arruma o banheiro, [coloca] azulejo, janela, box.

Gustavo: qual era o teu crachá, Fernanda?

Fernanda: estagiária. Secretária do Marco [Diretor da escola].

Gustavo: qual era o teu crachá, Roberto?

Roberto: arrumar carro.

Desse trecho destaco o desconhecimento do Programa. Quando Gustavo, que estava desde o início do semestre realizando seu estágio na escola diz que não conhecia o Grupo Operativo, fica nítido que falta divulgação do PTE. Apesar de desconhecer se há algum movimento de divulgação, acredito que, se uma pessoa inserida na escola não tinha esse conhecimento, alguns pais, alunos e comunidade externa não devem tê-lo também.

Destaco esse ponto porque, desde que defini meu tema de pesquisa, no TCC II, ao comentar com as pessoas a temática escolhida, preciso explicar o que é o Programa. Mesmo para indivíduos que frequentam espaços como a FACED UFRGS, que lidam com educação e, pelo menos brevemente, com educação especial e inclusão, o Programa é totalmente desconhecido, desde o nome, até o funcionamento.

Ressalto que, após a explicação, normalmente as pessoas ficam espantadas pelo desconhecimento, justamente por acharem a ideia do Programa muito significativa para a sociedade. Desse modo entendo que através da difusão da informação, o Programa poderia ser expandido pela adesão e apoio, tanto de empresas, quanto de participantes.

A próxima pergunta estava planejada para o final, mas como o tema foi inserido, optei por seguir na mesma linha. A partir dessa pergunta, solicitei que cada um desse uma resposta, para que todos pudessem falar.

Luiza: Com que vocês gostariam de trabalhar, se vocês pudesse escolher qualquer profissão? Quero que cada um dê a sua resposta.

Marcela: com a minha chefe, a Dani.

Fernanda: trabalhar com o Marco.

Roberto: arrumar carro.

Bruno: motorista de ônibus.

Elias: igual ao Roberto, arrumar carro.

Thiago: consertar porta, igual ao Nelson.

Ruan: trabalhar no Correio com a minha mãe.

Beatriz: de pintar unha e ser cabeleireira.

Elias [dirigindo-se a Gustavo]: e tu, sor?

Gustavo: eu gostaria de ser professor!

Elias [dirigindo-se a Carla]: e tu, sora?

Carla: bah, eu gostaria ser o que eu sou, professora também!

Pedro [apontando para mim]: falta só ela!

Luiza: eu também! Sou quase professora, falta bem pouquinho, falta só terminar esse trabalho [risos].

Roberto: tu poderia te formar e trabalhar aqui...

Marcela: na nossa sala!

Luiza: ia ser legal!

Em relação às escolhas profissionais futuras, o que se repete nas falas é a figura de alguém em quem se inspiram: mãe, diretor, Nelson. Isso demonstra a importância da convivência em diferentes espaços e com diferentes pessoas, não apenas os colegas da escola especial e a família, pois propicia que eles acessem e tenham outras expectativas. Maffezol e Góes reafirmam a importância da sociabilização ao dizerem que:

O mundo social e a atuação do outro são os parâmetros para a transformação das formas de conduta. As expectativas, os valores, as possibilidades e os limites postos pelo meio vão guiar o indivíduo para que signifique a realidade e a si próprio; quando uma deficiência está presente, tudo isso já vem marcado pelo estigma de pertencer a um segmento

determinado, inferiorizado e infantilizado. (MAFFEZOL; GÓES, 2009, p. 144).

Mas ressalto também que, entre as respostas, não houve nenhuma manifestação sobre profissões que exijam nível superior. Questiono-me se isso não é reflexo da falta de perspectiva da continuidade de estudos após a conclusão da educação básica a que estão submetidos os alunos de escola públicas e, principalmente, alunos com deficiência. Miranda (2007, p.120) explica que

isso decorre dentre outros fatores, pela pequena parcela da população ter acesso à educação básica e aos serviços de reabilitação o que indica sua exclusão dos direitos sociais básicos. Associado a isso, é possível afirmar que as restrições de acesso e progressão dessas pessoas na educação superior estão relacionadas às condições socioeconômicas e à própria história de exclusão, peculiar à educação superior no país, com forte tendência à privatização, ao elitismo, como também ao mito de incapacidade creditado à pessoa com deficiência. (apud PASSERINO; PEREIRA, 2014, p. 837)

Luiza: Por que vocês querem trabalhar? Por que é importante trabalhar?

Marcela: para ganhar dinheiro, para comprar minha própria roupa, para pagar uma alaminuta para minha tia. Ela pediu para eu pagar uma alaminuta para ela.

Luiza: e para mim, não? [risos]

Marcela: [risos] para ti também, para Carla, para o Gustavo!

Fernanda: ganhar dinheiro... Comprar comida para mim, roupa para mim.

Marcela: eu vi uma bermuda numa loja, tão bonita, manchadinha assim com branco... Muito linda! Umás blusas muito lindas lá... Isso que eu ia comprar! E calças também, calça jeans e legging.

Roberto: trabalhar e ganhar dinheiro para comprar roupa.

[Bruno olha para Elias, esperando que ele responda]

Elias: não olha para mim, tio.

Bruno: para ter dinheiro, para ir no shopping, para sair, para morar sozinho.

Elias: eu queria ter uma casa só para mim.

Thiago: ganhar dinheiro, para comprar sorvete para o Nelson, para o meu pai, para Bel, para Jade.

Pedro: para ajudar minha mãe a pagar a luz. Ela tá pedindo para eu pagar a luz com meu próprio dinheiro, por isso eu quero estágio.

Beatriz: para ajudar a mãe pagar a luz, quando eu fizer 18. Ajudar... Comprar uma casa, um apartamento. Arrumar a casa, [pagar] um aluguel. Comprar roupa, coisas de higiene.

Carla: o dinheiro serve para muitas coisas materiais, para comprar roupa, para ajudar a pagar a luz, a água, a internet, comida. Mas o trabalho é bom também para quê? Lembram que a gente viu o filme, que os estagiários, trabalhadores, eles queriam trabalhar, aqueles adolescentes né, para quê? Pra ter uma vida independente, para poderem fazer suas escolhas, decidirem sobre suas vidas. É sobre isso que a gente fala muito também. Então, assim, o trabalhar é legal porque vocês são vistos de outra maneira, são mais respeitados: "pô, olha aquele cara conseguiu, tá

trabalhando, se organizou". Isso não mudou na casa de vocês? De poderem ver que vocês são capazes, que vocês conseguem?

Elias e Bruno [concordando com a cabeça]: mudou!

O trabalho na adolescência e juventude serve nas camadas mais baixas para suprir necessidades básicas, mas os desejos dos sujeitos nessa etapa da vida, em todas as camadas sociais, sendo neurotípicos ou não se tornam parecidos. Influenciadas pelas campanhas publicitárias, pelos grupos sociais e por vontades próprias dessa fase eles querem: comprar! Comprar roupa, comida, presentes. Ter independência! Ter uma casa só para si, morar sozinho.

Vejo aqui como o PTE pode ser um impulsionador para que esses sujeitos, que provavelmente não teriam a oportunidade fora do Programa, possam almejar essas conquistas através do próprio trabalho. No Brasil a relação de juventude e trabalho é muito significativa, visto que “para grande parcela de jovens, a condição juvenil só é vivenciada porque trabalham, garantindo o mínimo de recursos para o lazer, o namoro ou o consumo” (DAYRELL, 2007, P. 1109). Bechler e Pinheiro reafirmam essas questões quando dizem que

A atividade remunerada aparece como oportunidade de resgate de uma cidadania que é colocada em xeque muitas vezes ao longo da vida de um aluno especial [sic]. Quem consegue um estágio ou se insere depois no mercado de trabalho, aos olhos do senso comum, é como se vivesse uma mudança de status na qualidade de pessoa. E por isso esta nova fase é tão festejada, mesmo que também represente a lógica de um sistema desigual, que acolhe apenas alguns deficientes. (BECHLER; PINHEIRO, 2013, p. 41)

Da mesma maneira que Carla traz em sua fala acerca da importância do PTE, Diekow em sua pesquisa sobre o Programa nos mostra que, mais do que garantir a oportunidade de estar inserido na sociedade de consumo,

recuperar a autoestima e a confiança desses alunos/adolescentes é um dos principais desafios do PTE para iniciar o processo de inserção nas relações de trabalho. Esse resgate é feito através [...] da discussão do que representa [...] o pertencimento a uma família, a uma sociedade, a um país, o ser aluno de uma escola, ser o membro de um programa de trabalho educativo, enfim, todas as relações que aos poucos vão proporcionando o sentimento de acolhimento e, conseqüentemente, de confiança e a possibilidade de resgate de sua cidadania. (DIEKOW, 2012, P. 33)

Luiza: Tenho outra pergunta, aí eu quero que vocês pensem... Quem tá na escola, responde sobre o Grupo, quem tá lá na Câmara responde sobre a Câmara, quem tá no curso responde sobre o curso. Cada um vai responder sobre os lugares que frequenta. Qual a maior dificuldade de vocês?

Marcela: ficar para lá e para cá, entregando bilhete, tema. Acho isso difícil.

Fernanda: cortar os bilhetes.

Roberto: estudar direitinho.

Bruno: carregar armário pesado. [Ele trabalha na portaria na câmara e ajuda a arrumar os ambientes quando tem eventos].

Elias: o mais difícil era que eu não sabia como fazia com a máquina da impressora, a máquina para fazer cópia, eu não sabia como que fazia.

Bruno: o meu chefe me ensina, é muito difícil usar a máquina.

[Carla explica que como não estão alfabetizados e as máquinas são digitais, com textos explicativos, estão fazendo um processo, no local de trabalho, para que memorizem as cores das letras, para auxiliar no reconhecimento dos comandos]

Thiago: nada.

Pedro: o mais difícil é trabalhar no Correio.

Luiza: tu já trabalhou no Correio?

Pedro: não, mas a minha mãe vai sair e eu quero entrar. Eu tenho que ter aquela caminhonete amarela e levar os pacotes dos moços.

Luiza: e tu acha que vai ser difícil?

Pedro. sim. Eles só pagam isso aqui [faz gesto de pouco com os dedos]. Pouquinho só.

Beatriz: não é difícil nada.

Carla: e quando tu for trabalhar. o que tu tem medo de ser difícil, que tu talvez não consiga?

Beatriz: eu vou conseguir!

Ao questionar sobre as dificuldades imaginei ouvir outras respostas, principalmente entrelaçadas com os relacionamentos dentro do curso e nos locais de trabalho, mas confesso que me surpreendi ao relatarem dificuldades de atividades rotineiras como cortar bilhetes, fazer xerox ou ficar caminhando. Em relação às dificuldades no local de trabalho:

Tanaka (2007) destaca a necessidade de promover modificações e/ou adaptações tanto na organização dos postos de trabalho disponíveis e na área administrativa quanto no ambiente físico, arquitetônico, social, funcional, e atitudinal das empresas. No entanto, Carvalho-Freitas e Marques (2007) apontam que, sendo esta uma matriz de interpretação recente, precisará de tempo para ser efetivamente incorporada aos processos sociais e laborais. (COUTINHO; RODRIGUES; PASSERINO, 2017, p. 268)

Por fim, destaco a fala de Beatriz. Ao longo das observações, ficou nítida a vontade que ela tem de trabalhar, pois em muitos momentos ela verbalizava isso e

dizia o que iria fazer com o dinheiro. Beatriz é abrigada, e esse fator pareceu determinante para entender sua necessidade: ela queria sair do abrigo, ser independente e ter dinheiro para ajudar a “mãe”.

A fala dela, ao dizer “eu vou conseguir”, mesmo diante das adversidades da vida e dos obstáculos que podem resultar do preconceito com a deficiência, parecem resumir o que aprendi durante essa pesquisa e com o PTE. O Programa, os professores e os alunos mostram que eles estão lá, fazendo a diferença, para que todas as pessoas com deficiência possam dizer “eu vou conseguir”.

8 CONSIDERAÇÕES QUASE FINAIS

Neste capítulo vou encerrando com as considerações do que vi e li durante este percurso de pesquisa que iniciei com muita curiosidade. Considerações estas que não posso considerar como finais, pois conforme fui respondendo as perguntas de pesquisa, muitas outras, que não caberiam apenas em um TCC, foram surgindo.

Desde que conheci a escola e o Programa de Trabalho Educativo, que na época não sabia nem o nome, quis muito entender seu funcionamento. Assim surgiram as perguntas de pesquisa: Quais os benefícios sociais e financeiros obtidos pelos alunos que participam do PTE? Quais as dificuldades encontradas? Como o programa afeta as vidas desses alunos dentro e fora da escola?

Ao longo das observações, conforme fui aprendendo com as leituras e com a convivência no Grupo Operativo, optei por construir um trabalho que servisse não apenas para fins acadêmicos, mas que pudesse também ser um meio de divulgar o Programa. Gostaria que os leitores de dentro e fora da Universidade terminassem a leitura com vontade de questionar quais as possibilidades de acesso ao mercado de trabalho são apresentadas para pessoas com deficiência e/ou TEA.

Os objetivos definidos para este trabalho foram: analisar o papel do PTE na inclusão social e construção da autonomia de estudantes de escolas especiais, acompanhar o desenvolvimento do PTE na escola e identificar os benefícios e dificuldades encontrados na participação no PTE pelos alunos da Escola Municipal Especial de Ensino Fundamental Professor Elyseu Paglioli. Para isso analisei as leis, li diversos autores, observei o Grupo Operativo, entrevistei e conversei com os sujeitos envolvidos no Programa.

Após a leitura da legislação brasileira e a revisão bibliográfica percebe-se que as pessoas com deficiência sofrem exclusões que dificultam o acesso ao mercado de trabalho e consumo, porém atualmente há garantias legais que propiciam esse acesso. As leis acabam não sendo suficientemente efetivas pois não há consciência social de que as diferentes limitações e potencialidades fazem parte de todo o ser humano e que devem ser respeitadas.

Apesar de, após a promulgação da *Lei de Cotas*, as empresas passarem a contratar mais PCDs, o que se nota é que é por medo da fiscalização, o que não ajuda esse funcionário contratado, visto que dessa forma ele não é realmente incluído em funções que possa realizar plenamente. Portanto pode-se dizer que novos mecanismos de exclusão foram criados e precisam ser combatidos.

O Programa de Trabalho Educativo traz benefícios financeiros e sociais no sentido de proporcionar que os participantes passem a receber seu próprio dinheiro quando iniciam no estágio ou no trabalho, não mais dependendo exclusivamente do BPC ou da renda familiar. Antes disso, ainda no Grupo Operativo já se observa que os alunos são beneficiados com o aumento da autoestima e autonomia, com a socialização com os grupos de outras escolas e com os aprendizados sobre o mundo do trabalho.

A vida dos alunos vai mudando, porque além dos benefícios já listados, o olhar da família e dos colegas sobre eles muda. Eles passam a ser vistos com mais respeito e como um exemplo. E todo o trabalho do Grupo Operativo e da inserção no trabalho os auxilia na organização nos diferentes ambientes que frequentam e na construção de uma autoimagem positiva.

As dificuldades relatadas pelos adolescentes e jovens resumem-se a pontos específicos das situações de trabalho. Porém, em entrevista com a Coordenadora Técnica, as dificuldades são mais amplas, começando no convencimento às famílias de que esse sujeito é capaz de conviver no ambiente de trabalho com diferentes pessoas. Outro ponto de tensão com a família é o medo da perda do BPC e a dificuldade de retomá-lo depois, mostrando-nos mais uma vez que a aplicabilidade da lei precisa ser revista com mais atenção.

Concluo que o Programa é de extrema importância para os adolescentes e jovens com deficiência que estudam na rede municipal de ensino de Porto Alegre tenham acesso a oportunidades de trabalho. O PTE é um meio para superação dos desafios da inclusão social de pessoas com deficiência, porém são necessárias outras medidas políticas, pedagógicas e sociais e aplicação da legislação vigente,

para que se supere a visão de que apenas nas escolas se faz inclusão. As pessoas com deficiência são, além de alunos, filhos, pais, trabalhadores e cidadãos.

Por fim, destaco a importância da formação de Pedagogas e Pedagogos com capacitação em áreas como Educação Especial, Social e não-escolar, para que possam estar aptos a ocupar mais lugares e promover Programas de inclusão social como o PTE, e a necessidade da adoção de medidas para que esses adolescentes e jovens continuem tendo oportunidades de qualificação, inclusão e acompanhamento após a formatura na escola e conclusão do Programa de Trabalho Educativo.

REFERÊNCIAS

BECHLER, Janaína. PINHEIRO, Jefferson. **Há escolas que são asas**. Porto Alegre: Instituto de Cidadania e Direitos Humanos - TEIA; Ponto de Cultura Assunção, 2013. 56 páginas.

BIANCHETTI, L.; CORREIA, J. A. **In/exclusão no trabalho e na educação**. 1ª. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011. v. 1000. 187p.

BORDIGNON, P. M.. **A inclusão da Pessoa com Deficiência no mercado de Trabalho: uma realidade possível**. Revista Eletrônica nº 1/ ano 1 FADERS/SJDH. Disponível em: http://www.faders.rs.gov.br/uploads/1345762043A_Inclusao_da_PcD_no_Mercado_d_e_Trabalho_uma_realidade_possivel_Priscila_Mallmann_Bordignon.pdf. Acesso em: 17 de nov. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Decreto nº 129, de 22 de maio de 1991. **Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes**.. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0129.htm. Acesso em: 21 set. 1991.

BRASIL. LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943. **Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm. Acesso em: 14 de out. 2019.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. **Normas Gerais Que Asseguram O Pleno Exercício dos Direitos Individuais e Sociais das Pessoas Portadoras de Deficiências, e Sua Efetiva Integração Social**.. Brasília, DF, 24 out. 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 28 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Dispõe Sobre O Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais**.. Brasília, DF, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 29 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991. **Dispõe Sobre Os Planos de Benefícios da Previdência Social e Dá Outras Providências**.. Brasília, DF, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 06 nov. 2019.

BRASIL. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 14 de nov. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Lei nº 8742, de 07 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso em: 28 set. 2019.

BRASIL. Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018. **Reserva às Pessoas Com Deficiência Percentual de Cargos e de Empregos Públicos**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9508.htm. Acesso em: 04 nov. 2019.

COUTINHO, Kátia Soares; RODRIGUES, Graciela Fagundes and PASSERINO, Liliana Maria. **O Trabalho de Colaboradores com Deficiência nas Empresas: com a Voz os Gestores de Recursos Humanos**. *Rev. bras. educ. espec.* [online]. 2017, vol.23, n.2, pp.261-278. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/173482>. Acesso em 02 set. 2019.

DIEKOW, Ingrid Roselaine. **A inserção de alunos/adolescentes com necessidades educacionais especiais no mercado de trabalho: desafios do Programa Trabalho Educativo da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre**. Trabalho de Conclusão de Especialização – Faculdade de Educação, UFRGS. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/69901>. Acesso: 16 dez. 2018.

DUARTE, R. **Entrevistas em pesquisa qualitativas**. Curitiba, Educar, n. 24, p 213-225, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2216/1859>. Acesso em: 02 dez. 2019.

Escola Municipal Especial de Ensino Fundamental Professor Elyseu Paglioli. **Regimento Escolar**. Porto Alegre, 2016.

Escola Municipal Especial de Ensino Fundamental Professor Elyseu Paglioli. **Projeto Político Pedagógico**. Porto Alegre, 2016.

FERRAZ, Marco Aurélio Freire. **Assistidos e Tutelados: o benefício de prestação continuada e a produção de sujeitos in/capacitados**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, UFRGS. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/157569>. Acesso: 24 set. 2018.

FREIRE, Sofia. **Um olhar sobre a inclusão**. Revista da Educação, Lisboa, v. 16, n. 1, p.5-20, abr. 2008.

Governo do Estado do RS. **Mais de 35% das vagas exclusivas para Pessoas com Deficiência não são preenchidas no RS**. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/mais-de-35-das-vagas-exclusivas-para-pessoas-com-deficiencia-nao-sao-preenchidas-no-rs>. Acesso em: 16 set. 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LÜDKE, Menga. ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. [2. Ed]. [Reimpr.] – Rio de Janeiro: E.P.U. 2014.

MAFFEZOL, Roberta Roncali. GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Jovens e adultos com deficiência mental: seus dizeres sobre o cenário cotidiano de suas relações pessoais e atividades**. In: FÁVERO, Osmar et al. (orgs.) Tornar a Educação Inclusiva. Brasília: UNESCO, 2009. Páginas 141 - 157.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Decreto Municipal 11.484 de abril de 1996. Disponível em:
<http://www.portaldeaccessibilidade.rs.gov.br/uploads/1243535981Decretox11484.pdf>. Acesso em: 01 de out. 2019.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Decreto Municipal 11.955, de 22 de abril de 1998. Disponível em:
<http://www.portaldeaccessibilidade.rs.gov.br/legislacao/7/336>. Acesso em: 25 set. 2019.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Decreto Municipal 12.559 de 17 de novembro de 1999. Disponível em:
<http://www.portaldeaccessibilidade.rs.gov.br/legislacao/7/324>. Acesso em: 25 de set. 2019.

SILVA, Luzia Félix da. **A inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho: Desafios e Superações no Ambiente de Trabalho**. Trabalho de Conclusão de Curso do Serviço Social: Universidade Estácio de Sá, 2015, 59 p.

UFRGS. Resolução 466/12 do Comitê de Ética da UFRGS. **Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Porto Alegre, 2013. Disponível em:
<http://www.ufrgs.br/cep/resolucoes/resolucao-466-12>. Acesso em: 27 dez. 2019.

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A pesquisa: *Inclusão para além da escola: conhecendo o Programa de Trabalho Educativo* intenciona investigar quais os benefícios e contribuições da participação de adolescentes e jovens com deficiência no Programa Trabalho Educativo. Para realizá-lo, solicito sua autorização para registro das entrevistas e/ou de imagens do(s) espaço(s) observados(s).

Comprometo-me a responder devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade de esclarecimento que eventualmente você venha a ter no momento da realização do trabalho ou posteriormente, bem como respeitar os valores éticos que permeiam esse tipo de registro. Desta forma, informo que quaisquer dados obtidos estarão sob sigilo ético.

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos deste trabalho e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu _____ concordo em participar do mesmo e autorizo a utilização dos dados produzidos (respostas a entrevistas e/ou imagens).

Assinatura do Participante

Assinatura da Acadêmica (Luiza Saraiva Millani)

Profª responsável (Liliane Ferrari Giordani)

Porto Alegre, setembro de 2019.

Para quaisquer dúvidas ou esclarecimentos, estamos à disposição através do telefone: **3308.4365 (sala 805/FACED/UFRGS)**